

CAPÍTULO 4

A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA, DESIGUALDADE E PRODUTIVIDADE

- A América Latina e o Caribe são a região mais violenta do mundo.
- A desigualdade fomenta a violência criminal, política e social na ALC.
- Como a violência afeta desproporcionalmente os mais vulneráveis, perpetua e amplifica a desigualdade em vários aspectos do desenvolvimento humano, incluindo direitos, renda, saúde, educação e representação política.
- A violência também impacta o crescimento econômico por meio do seu impacto sobre indivíduos, empresas, comunidades e instituições.
- A violência é, portanto, um fator importante subjacente à armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento na ALC e a sua erradicação requer intervenções políticas ativas em várias áreas.
- Dada a prevalência da violência e o seu sério impacto no desenvolvimento humano, a região precisa desesperadamente de mais e melhores dados, especialmente nas formas de violência mais graves que afligem a região.

4.1. A violência está na base da armadilha da alta desigualdade e do baixo crescimento na ALC

A violência continua muito comum para muitas pessoas na região da América Latina e do Caribe. A região abriga apenas 9% da população mundial, mas atualmente é responsável por 34% do total de mortes violentas.¹ O PNUD sinalizou em 2013 que a maioria dos países da ALC exibia taxas de homicídio consideradas epidêmicas pelos padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS), um fato que ainda se mantém.² A violência ou a ameaça de violência em vários contextos se tornou uma moeda de troca entre atores estatais e não estatais para alcançar e manter acordos. É, portanto, uma parte fundamental da luta pela distribuição de recursos, direitos, oportunidades e poder na região.³ E é um fator comum subjacente que tanto impulsiona quanto é impulsionado pela armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento da região.

Maior desigualdade pode criar condições para mais violência. Do ponto de vista econômico, o raciocínio por trás dessa ligação é que maiores disparidades tendem a introduzir incentivos que tornam os retornos das atividades ilegais comparativamente mais atraentes do que os retornos das alternativas legais.⁴ Do ponto de vista sociológico, a teoria da privação relativa sugere que a desigualdade gera frustração e alienação entre os despossuídos por meio de percepções de desvantagem, falta de oportunidade e injustiça, que, juntos, estimulam a conduta violenta.⁵ Os contornos da conduta criminosa são influenciados por características contextuais, incluindo a eficácia e confiabilidade das redes de controle social e sistemas punitivos.⁶ A conduta criminosa também pode ser afetada por mudanças no comportamento das vítimas potenciais em resposta ao crime por meio de uma maior dependência da segurança privada.⁷ As vítimas potenciais também podem modificar as suas decisões de consumo.⁸ No passado, o PNUD diagnosticou os níveis crescentes de violência e insegurança na ALC como produto da ausência de crescimento inclusivo e da estagnação da mobilidade social, que desencadeou desigualdades persistentes, precariedade de empregos e expansões nas expectativas de consumo.⁹ Enquanto isso, cientistas políticos há muito debatem se a desigualdade é um determinante crítico da violência política, especialmente a guerra civil. Embora vários estudos não tenham encontrado

¹ Chioda (2017).

² PNUD (2013); A OMS define taxas de homicídio epidêmicas como aquelas que ultrapassam 10 homicídios por 100.000 habitantes.

³ PNUD (2009), (2012), (2013).

⁴ Becker (1968); Ehrlich (1973).

⁵ Merton (1938).

⁶ Shaw e McKay (1942); Kornhauser (1978); Kelly (2000).

⁷ Di Tella, Galiani e Schargrodsky (2010); Amodio (2019).

⁸ Mejía e Restrepo (2016); Galiani, Jaitman e Weinschelbaum (2020).

⁹ PNUD (2013).

uma relação sistemática entre as duas, outros afirmam que as desigualdades políticas e econômicas contribuem para o início e a duração da guerra civil.¹⁰

No entanto, a violência e a vitimização do crime também podem potencialmente reproduzir a desigualdade, ampliando as lacunas nos resultados do desenvolvimento. Embora seja menos frequentemente o foco da pesquisa acadêmica, esse impacto direcional parece crível se reconhecermos que a violência é quase sempre vivenciada de forma desproporcional por populações que já enfrentam adversidades socioeconômicas, ampliando ou perpetuando o seu estado de privação.¹¹ O efeito da violência é multidimensional porque pode levar à deterioração dos direitos e liberdades, piorar a saúde física e mental, reduzir os resultados educacionais e de participação no mercado de trabalho e diminuir a participação política entre os indivíduos vitimados. A violência também pode fraturar o capital social, ameaçar as instituições democráticas local e nacionalmente e obstruir o fornecimento de bens públicos nas comunidades vitimizadas. A violência pode, portanto, ser uma consequência e uma causa da desigualdade.¹²

A violência está ligada não apenas à desigualdade, mas também ao crescimento. No nível macroeconômico, o crime e a violência podem reduzir e distorcer o investimento, afetar a formação do capital humano e, portanto, a produtividade, e levar ao esgotamento do capital físico e natural.¹³ Cálculos recentes apontam o custo médio dos homicídios nos países da ALC em cerca de 4,1% do produto interno bruto (PIB) nacional.¹⁴ Os custos diretos e indiretos do crime na ALC são estimados em 3% do PIB na média e mais de 6% nos países mais violentos da América Central.¹⁵ O Banco Mundial estima que o custo de despesas médicas, perda de produtividade e gastos públicos com segurança é equivalente a 3,7% da produção anual.¹⁶ Isso representa um desperdício substancial de recursos públicos que se torna necessário para a defesa, policiamento, programas de prevenção e punição. Os custos macroeconômicos da violência se traduzem em maior desigualdade de renda, especialmente se impedirem os países de investir em políticas que reduziriam a desigualdade ou se níveis mais baixos de crescimento econômico derivados da violência forcem os governos a abandonar as intervenções institucionais de bem-estar. A violência é, portanto, capaz de distorcer a alocação de recursos públicos e privados, contribuindo para a persistência da desigualdade.

¹⁰ Ver Cederman e Vogt (2017) para uma visão geral do debate e descobertas recentes.

¹¹ Arjona (2021).

¹² PNUD (2013); Arjona (2021).

¹³ Lederman, Loayza e Menéndez (2002); Soares (2015).

¹⁴ Fearon e Hoeffler (2014).

¹⁵ Jaitman (2017).

¹⁶ Banco Mundial (2004).

O restante deste capítulo explora o papel da violência como um fator subjacente tanto na alta desigualdade quanto no baixo crescimento.¹⁷ Ele primeiro investiga padrões históricos recentes de crime e violência na região e desvenda a violência criminal, política, social e doméstica. Em seguida, oferece uma reflexão cuidadosa sobre os canais pelos quais a violência se traduz em desigualdade e perpetua um ciclo vicioso, e examina as rotas pelas quais a violência é prejudicial à produtividade e ao crescimento econômico. Discute linhas de ação que contribuiriam para diminuir a incidência da violência, levando a sociedades mais igualitárias e produtivas.

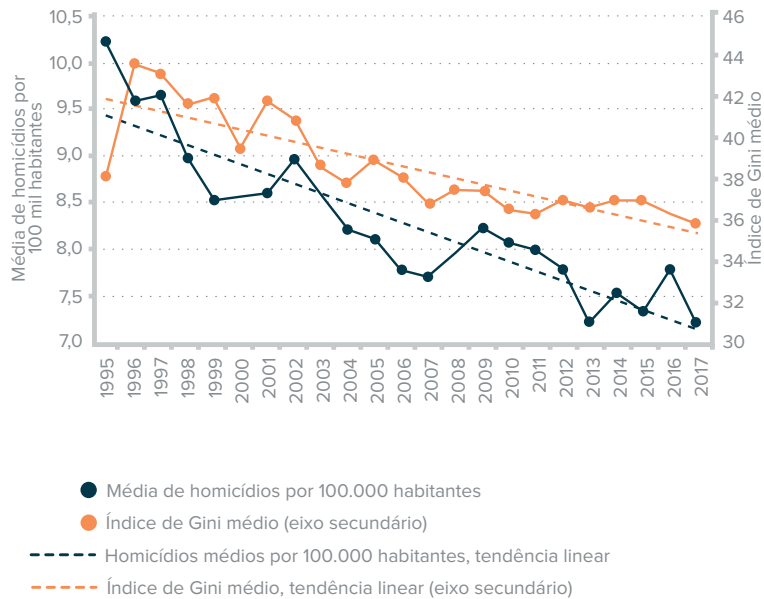
4.2. A América Latina e no Caribe são uma das regiões mais violentas do mundo

A virada do século assistiu a uma diminuição generalizada da desigualdade de renda e da violência no mundo (figura 4.1) e na ALC (figura 4.2). Mesmo assim, a ALC manteve a sua posição como uma das regiões mais desiguais e violentas do mundo. Entre 2000 e 2018, as taxas de homicídio intencional em cada uma das sub-regiões da ALC ultrapassaram significativamente as médias mundiais.¹⁸ A América Central e a América do Sul experimentaram consistentemente taxas mais altas do que o Caribe (figura 4.3). Além disso, os países da ALC apresentam índices de homicídio e vitimização por crime muito mais altas do que outros países com níveis semelhantes de desigualdade (figuras 4.4 e 4.5).

¹⁷ Este capítulo se baseia em dois documentos de base para este RDHR: Arjona (2021) e Schargrodsky e Freira (2021).

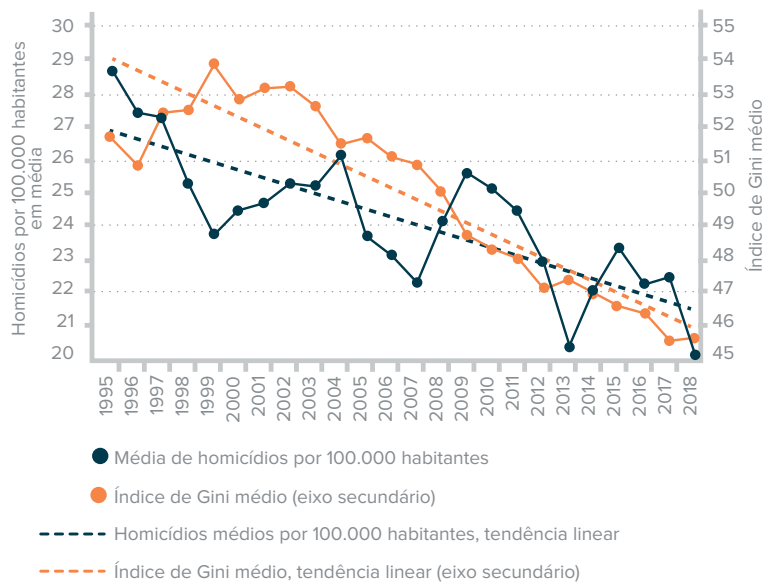
¹⁸ As estatísticas de homicídio intencional incluem todas as mortes com origem em violência interpessoal, criminal e sociopolítica, excluindo mortes causadas por distúrbios civis, homicídios em legítima defesa, homicídios em intervenções legais e mortes não intencionais.

Figura 4.1: No mundo, tanto o índice de homicídios quanto a desigualdade de renda diminuíram
 Índice de homicídios e desigualdade de renda (Gini), mundo, 1995-2017



Fonte: Schargrodsky e Freira 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.
 Observação: As médias são calculadas usando a amostra de países disponível para cada ano. O número total de países é 106: África (21), Ásia (24), Europa Oriental (21), ALC (21), América do Norte (2), Oceania (1) e Europa Ocidental (16).

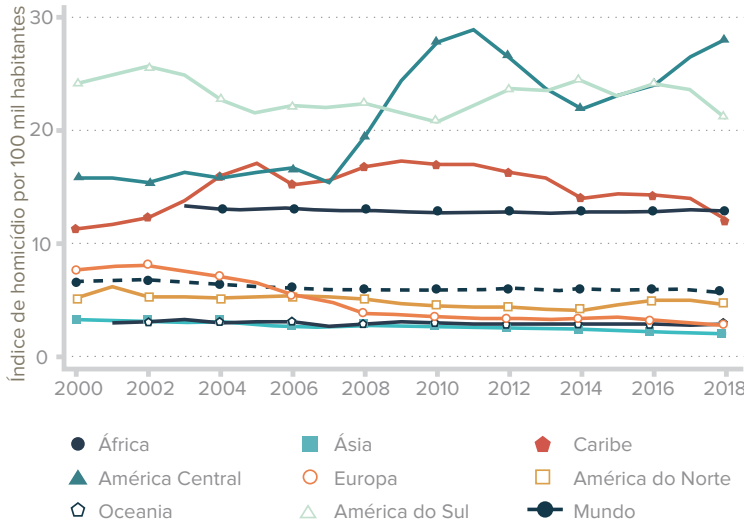
Figura 4.2: Na ALC, tanto o índice de homicídios quanto a desigualdade de renda diminuíram
 Índices de homicídio e desigualdade de renda (Gini), ALC, 1995-2018



Fonte: Elaboração do PNUD; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.
 Observação: As médias são calculadas usando a amostra de países disponível para cada ano. Nem todos os países estão disponíveis todos os anos. A amostra inclui 21 países da ALC.

Figura 4.3. Os índices de homicídio nas sub-regiões da ALC ultrapassam significativamente as médias mundiais

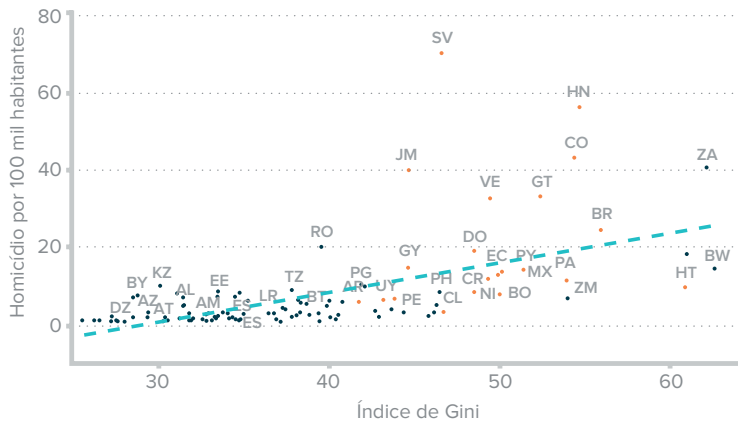
Índice de homicídio intencional por 100.000 habitantes nas regiões do mundo e sub-regiões da ALC



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; dados do Estudo Global sobre Homicídios: Edição 2019 (painel), Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes, Viena, <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>.

Figura 4.4: Os países da ALC têm índices de homicídio mais altos do que países com níveis de desigualdade semelhantes

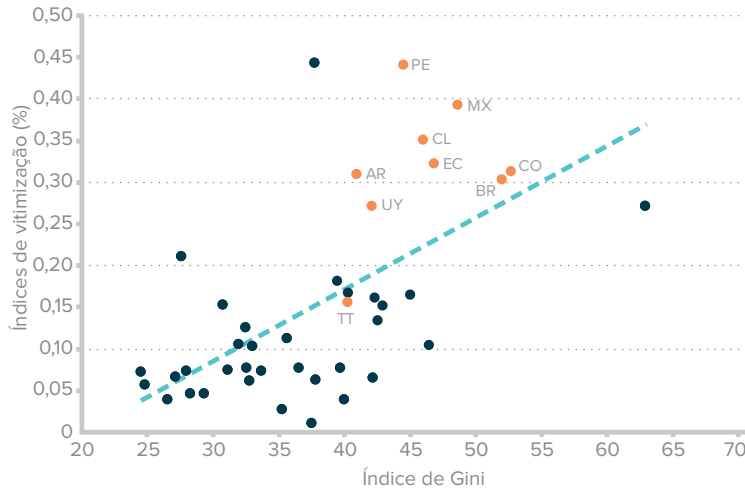
Índices de homicídio e desigualdade de renda (Gini), mundo, 1995-2017



Fonte: Schargrotsky e Freira 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.
 Observação: Os países da ALC são representados por pontos laranjas. As médias são calculadas para cada país usando as observações de anos disponíveis de 1995 a 2017. O número total de países é 106: África (21), Ásia (24), Europa Oriental (21), ALC (21), América do Norte (2), Oceania (1) e Europa Ocidental (16).

Figura 4.5: Os países da ALC têm índices de vitimização mais elevados do que os países com níveis de desigualdade semelhantes

Índice de vitimização do crime e desigualdade de renda (Gini), mundo, 2010–2014



Fonte: Schargrodsky e Freira 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>; WVS (Pesquisa de Valores Mundial) (painel), King's College, Old Aberdeen, Reino Unido, <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>.

Observação: Os países da ALC são representados por pontos laranjas. A questão da vitimização do crime foi incluída na Pesquisa de Valores Mundial entre 2010 e 2014, mas durante apenas um ano em cada país. O índice de Gini corresponde ao ano em que a taxa de vitimização estava disponível ou o ano disponível mais próximo. O número total de países é 42: África (7), Ásia (12), Europa Oriental (10), ALC (9), América do Norte (1) e Europa Ocidental (3).

Homicídios e outras formas de vitimização por crimes são apenas duas das muitas maneiras pelas quais a violência se manifesta na região. Arjona (2021) propõe uma tipologia da violência baseada em três categorias: violência criminal, ou seja, violência interpessoal ou coletiva vinculada a atividades criminosas; violência política, ou seja, violência interpessoal ou coletiva que ocorre em relação às agendas sociopolíticas; e violência social e doméstica, ou seja, violência interpessoal e ocasionalmente coletiva ligada a conflitos entre pessoas que não vivem no mesmo domicílio (social) ou pessoas que vivem no mesmo domicílio (doméstica).

A ampla influência do crime organizado, alimentado pelo tráfico de drogas, no cenário econômico e sociopolítico da região tornou a ALC um lar para uma série de manifestações de violência criminal que incluem tráfico de pessoas, extração ilícita de recursos naturais e ameaças a ecossistemas de alto valor ecológico, deslocamento forçado, governança criminal, roubos, ataques físicos, extorsões e sequestros. A violência política também é proeminente. Embora a maioria das formas violentas de política contenciosa e repressão estatal tenham diminuído na região, algumas formas de violência política têm aumentado, incluindo abusos por forças de segurança pública militarizadas e a perseguição e assassinato de políticos, jornalistas, defensores dos direitos humanos e ambientais e líderes cívicos. Por exemplo, dados das Nações Unidas indicam que 75% dos assassinatos mundiais de defensores dos

direitos humanos entre 2015 e 2019 ocorreram na ALC.¹⁹ No caso da violência social e doméstica, a região está lutando atualmente com altos níveis de violência sexual, feminicídio e violência contra as crianças. Tem a terceira maior prevalência ao longo da vida de violência sexual perpetrada por não parceiros e a segunda maior taxa de violência perpetrada por parceiros. A violência contra as minorias sexuais também está entre as mais altas do mundo.²⁰

Medir a violência envolve vários desafios. Os eventos violentos, incluindo os graves, como estupro, muitas vezes não são relatados. Mesmo os homicídios, com maior probabilidade de serem registrados em dados oficiais, são complicados porque a definição legal de homicídio doloso varia entre os países, assim como a capacidade dos governos de coletar e relatar dados sobre homicídios sistematicamente. Não é incomum que diferentes agências dentro de um mesmo país relatem diferentes números de homicídios. Os desafios para medir outras formas de violência são ainda maiores porque isso depende de indivíduos para denunciar eventos violentos ou relatá-los em pesquisas. Embora alguns esforços recentes tenham fortalecido os sistemas de relatórios de informações na região (caixa 4.1), a confiabilidade estatística e a comparabilidade entre países são geralmente inadequadas. Este relatório reconhece essas limitações. Não pretende quantificar com precisão os vários fenômenos violentos que afligem a região. Em vez disso, com base nos dados disponíveis, relatórios de países e estudos comparativos, procura descrever as principais tendências nas diferentes formas de violência na ALC.

¹⁹ CDH (2020).

²⁰ Ibid; CIDH 2015; SinViolencia LGBTI (2019).

Caixa 4.1: Infosegura: Inovação no serviço de segurança cidadã

As novas tecnologias estão facilitando a produção e a disseminação de informações em maior velocidade. No entanto, os dados por si só não garantem as mudanças sociais ou culturais necessárias para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável. O Projeto Regional Infosegura, que foi implementado pela primeira vez pelo PNUD em 2014 com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), visa fortalecer as capacidades institucionais na gestão da informação e promover políticas abrangentes de gênero e baseadas nos direitos humanos por meio da inovação em assuntos relacionados com a segurança do cidadão na América Central e na República Dominicana.

A Infosegura ajuda as instituições nacionais e as representações do PNUD nos países a ampliar a sua visão sobre a gestão da informação, concentrando-se no desenvolvimento de ferramentas e na produção de conhecimento para informar as políticas de prevenção da violência, promoção da segurança cidadã e coesão social. Isso envolve uma abordagem multidimensional complexa alinhada com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa aumentou a capacidade das instituições participantes de gerar informações com novas ferramentas automatizadas e ecossistemas de dados integrados. Incentiva a análise em maiores níveis de desagregação, territorialização e georreferenciamento. Tudo isso ajuda a alcançar os grupos demográficos e áreas geográficas mais vulneráveis por meio de intervenções direcionadas que não deixam ninguém para trás.

Para estabelecer maior transparência e integração, a iniciativa também estimula as instituições a avançarem em uma política de dados abertos em matéria de segurança cidadã, criar parcerias para troca de informações e produzir, analisar e divulgar informações antes restritas aos órgãos de segurança de cada país a diversas instituições estaduais ou locais. Isso tem permitido um uso mais eficaz das evidências na formulação e monitoramento de políticas públicas. Também levou a uma melhor compreensão do entorno imediato das comunidades vulneráveis expostas à violência e à insegurança. Isso ocorreu por meio de uma priorização territorial e metodologia de direcionamento que já foi incorporada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública de El Salvador e pelo Ministério do Interior da Guatemala. Nos municípios hondurenhos, tem apoiado a governança local facilitando o estabelecimento de observatórios sobre a violência e auxiliando na formulação de estratégias para enfrentar a insegurança e promover a coexistência.

A Infosegura está empenhada em reunir uma comunidade de conhecimento regional sobre segurança cidadã, endossando redes de conhecimento nacionais e regionais e produzindo uma plataforma digital (Datacción). O objetivo é estimular

o trabalho multissetorial regional na gestão da informação sobre a segurança do cidadão, mostrar os esforços dos escritórios do PNUD nos países e instituições governamentais e facilitar a transferência e ampliação das melhores práticas e propostas de inovação. Da mesma forma, a Infosegura tem ajudado a fortalecer as capacidades técnicas das fontes de informação e as suas técnicas e ferramentas de gestão da informação para compilar indicadores sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em particular o ODS 16.

Além de dados melhores sobre mortes violentas, feminicídios e violência sexual, foi fornecido apoio na harmonização da pesquisa, no mapeamento dos atores nacionais que produzem informações e nas estruturas de monitoramento orientadas para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

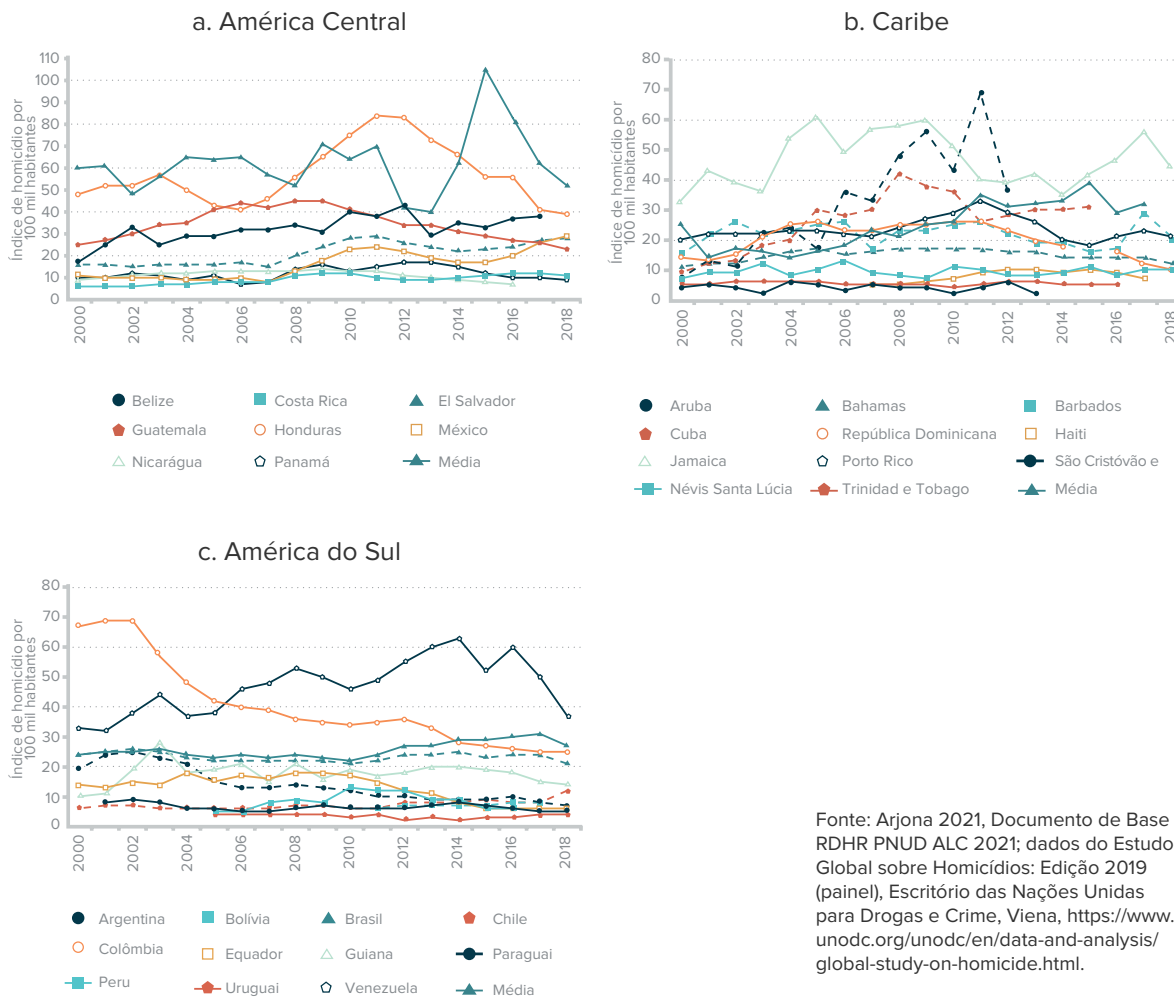
Fonte: Infosegura, Unidade de Coordenação Regional do projeto Infosegura, Escritório Regional para América Latina e Caribe & Centro Regional para América Latina e Caribe, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Panamá <https://infosegura.org/>.

Padrões na violência criminosa

Durante o século 20, a ALC foi profundamente permeada pela violência de natureza predominantemente política por causa da turbulência derivada dos vestígios de lutas pela independência, severa repressão estatal dos direitos civis e conflitos civis internos agravados pela força crescente das insurgências e milícias pró-estado. Foi somente após a onda de democratização da década de 1980 e o subsequente advento do crime organizado e da expansão do tráfico de drogas durante a década de 1990 que os padrões de violência na região mudaram de motivos políticos para criminosos, que atualmente explicam a maioria dos homicídios. No entanto, apesar dessa história comum de violência, há uma heterogeneidade intrarregional e subnacional substancial. Nem todos os crimes e violência são iguais, e os países da região diferem muito pelos tipos e intensidade dos crimes e violência que enfrentam. As tendências por sub-região no século atual indicam que as taxas de homicídio intencional em alguns países excedem os índices de outros países na mesma sub-região em duas, três e até treze vezes (figura 4.6). Os índices mais altos na América Central durante o período são observados em El Salvador, Honduras e Guatemala, enquanto a Jamaica, São Cristóvão e Névis e as Bahamas exibem os índices mais altos no Caribe. Na América do Sul, Brasil, Colômbia e Venezuela apresentaram índices significativamente mais altos do que o restante dos países da sub-região. No geral, os índices médios de homicídio intencional na ALC entre 2000 e 2018 mostram uma grande variação entre os países (figura 4.7).

Figura 4.6: Os índices de homicídio em alguns países são quatro ou treze vezes os índices em outros lugares na mesma sub-região

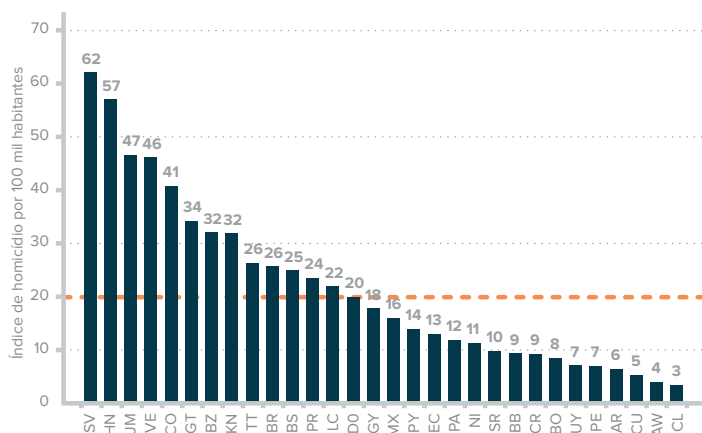
Índice de homicídio intencional nas sub-regiões da ALC, 2000-2018



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; dados do Estudo Global sobre Homicídios: Edição 2019 (painel), Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime, Viena, <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>.

Figura 4.7: Há uma grande variação nos índices de homicídio entre os países da ALC

Índice médio de homicídio intencional na ALC, 2000-2018



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC; dados do Estudo Global sobre Homicídios: Edição 2019 (painel), Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime, Viena, <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>. Observações: A média da ALC é mostrada em uma linha laranja pontilhada.

A violência de homicídios na região também varia muito dentro dos países. Por exemplo, alguns estados e cidades do México têm taxas de homicídio acima de 200 por 100.000 habitantes, enquanto outros têm taxas abaixo de 2, e algumas regiões do Chile experimentam 3 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto outras relatam uma taxa de 0,5.²¹ A violência pode até estar concentrada em algumas localidades, como em El Salvador, onde cerca de 5% dos municípios responderam por quase metade de todos os homicídios em 2013, e no Brasil, onde a violência em cidades como Belo Horizonte ocorre principalmente em 6 distritos de 81.²² Mesmo dentro das cidades, há uma grande variação. Por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, 50% dos homicídios em 2016 ocorreram em apenas 1,1% do espaço urbano.²³

O crime letal nas nações menos violentas, como Argentina, Bolívia, Peru e Uruguai, é principalmente resultado da violência doméstica e atos de delinquência comum.²⁴ No entanto, os homicídios nos países mais violentos estão tipicamente ligados ao tráfico de drogas e outras economias ilícitas.²⁵ Esta violência é frequentemente associada à competição entre grupos do crime organizado, os seus confrontos com a segurança do estado e conflito dentro das organizações criminosas.²⁶ Embora haja variação temporal nos níveis de violência criminal dentro e entre os países, o crime organizado na região tornou-se cada vez mais violento nas últimas duas décadas. Devido à instabilidade e subsequente fragmentação das organizações mexicanas do narcotráfico e o confronto entre si e com autoridades estatais após mudanças na esfera política, o índice de homicídios do país triplicou em dez anos.²⁷ Simultaneamente, o foco internacional na repressão às redes de drogas colombianas e mexicanas pressionou os grupos criminosos a se expandir em direção à América Central para estabelecer novas rotas para as suas operações de tráfico. Estima-se que as quadrilhas responsáveis pela coordenação do tráfico de drogas nesta sub-região estiveram envolvidas em cerca de 26% de todos os homicídios na América Latina em 2011.²⁸ O crime organizado tornou a América Central a sub-região mais violenta do mundo em termos per capita. El Salvador, Honduras e Guatemala lideram a tendência.

²¹ Muggah e Tobón (2018).

²² PNUD (2013); Jaitman (2017).

²³ Chainey e Muggah (2020).

²⁴ Lagos e Dammert (2012).

²⁵ Yashar (2018).

²⁶ Reuter (2009); Yashar (2018).

²⁷ Lessing (2018).

²⁸ Secretaria da Declaração de Genebra (2011).

Enquanto isso, Colômbia, Brasil e Venezuela são os países mais afetados pela violência criminal na América do Sul. O uso dos lucros do tráfico de drogas por grupos guerrilheiros e paramilitares para financiar as suas operações vinculou fortemente a violência política e criminal na Colômbia, e os esforços de transição não tiveram sucesso em dismantelar dissidências de ambas as facções que continuam a exercer a sua influência em áreas vulneráveis. No Brasil, o índice de homicídios oscilou entre 25 e 30 por 100.000 habitantes entre 1990 e 2019, mas há grande variação subnacional. Os homicídios nos estados do nordeste e centro-oeste do país têm aumentado desde 2000, enquanto os estados do sudeste se tornaram menos violentos; além disso, municípios mais populosos viram recentemente as taxas de homicídio se estabilizar ou diminuir, enquanto municípios menores se tornaram cada vez mais violentos.²⁹ A Venezuela viu o índice de homicídio aumentar de 13 por 100.000 habitantes em 1991 para 60 em 2019.

O impacto do tráfico de drogas no Caribe, que havia deixado de ser importante após o *boom* da cocaína nos anos 1980, recuperou a sua influência desde meados dos anos 2000.³⁰ Atualmente, não apenas transformou a República Dominicana e a Jamaica em importantes rotas de tráfego para a América do Norte e Europa, mas também aumentou os níveis de violência, corrupção e capacidade coercitiva das quadrilhas.³¹ Todos os países da sub-região, exceto Barbados e Suriname, enfrentaram índices crescentes de homicídio e assassinatos relacionados a quadrilhas durante os anos 2000.³²

A violência criminal na ALC também foi caracterizada pela prevalência de deslocamento forçado, que afetou cerca de 265.000 guatemaltecos, hondurenhos e salvadorenhos entre 2013 e 2018.³³ O deslocamento forçado também afetou milhares de mexicanos e, como resultado da violência criminal e política, mais de oito milhões de colombianos.³⁴ Roubos e ataques físicos são galopantes, fazendo da ALC a região com o maior nível de ataques físicos e roubos violentos relatados em todo o mundo, de acordo com as estatísticas de crime do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). A pesquisa AmericasBarometer descobriu que, entre 2010 e 2014, uma média de um entrevistado em cinco na região relatou ter sido vítima de um roubo nos últimos 12 meses.³⁵ A proporção média de entrevistados que relatam ter sido uma vítima de um crime nos 12 meses anteriores variou muito entre os países entre 2010 e 2014 (figura 4.8). Os respectivos índices no Equador, México, Peru e

²⁹ Nsoesie et al. (2020).

³⁰ UNODC (2012).

³¹ PNUD (2012).

³² PNUD (2012).

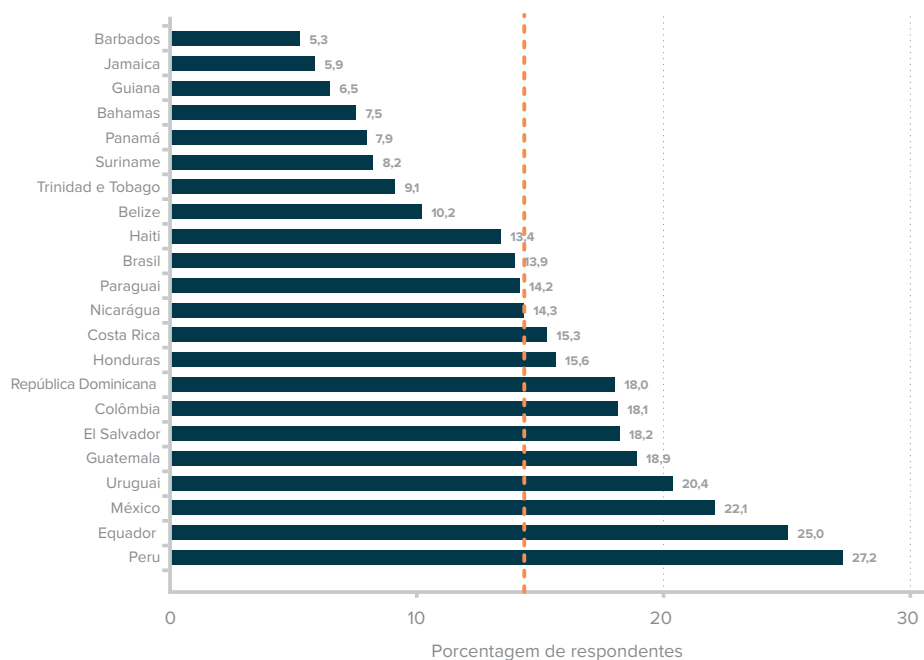
³³ CRS (2019).

³⁴ Ríos Contreras (2014); ACNUR (2018).

³⁵ Ver AmericasBarometer (painel), Projeto de Opinião Pública da América Latina, Universidade Vanderbilt, Nashville, TN, <https://www.vanderbilt.edu/lapop/core-surveys.php>.

Uruguai excedem 20%; as taxas em Belize, Brasil, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Paraguai oscilam entre 10% e 20%, e os índices nas Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica, Panamá, Suriname e Trinidad e Tobago estão todos abaixo de 10%.

Figura 4.8: Mais de 1 residente da ALC em cada 10 foi vítima de um crime nos últimos 12 meses
Entrevistados que relataram ter sido vítimas de um crime nos 12 meses anteriores, em média %, 2010-2014



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; dados de AmericasBarometer (painel), Projeto de Opinião Pública da América Latina, Universidade de Vanderbilt, Nashville, Tennessee, <https://www.vanderbilt.edu/lapop/core-surveys.php>.
Observação: A média da ALC é mostrada pela linha laranja pontilhada.

Nos países mais violentos da região, a extorsão e os sequestros também representam uma forma generalizada de violência criminal. Guerrilhas, paramilitares e grupos criminosos colombianos contam com ambos, embora os sequestros tenham diminuído substancialmente desde o início dos anos 2000.³⁶ Quadrilhas em El Salvador, Guatemala e Honduras contam com a extorsão como principal fonte de renda.³⁷ É comum para organizações de tráfico de drogas no México realizar extorsões e sequestros nas suas áreas de influência.³⁸ Os grupos criminosos organizados também encontraram lucros abundantes na mineração ilícita, especialmente na extração

³⁶ Ver Observatorio de Memoria y Conflicto (painel), Centro Nacional de Memoria Histórica de Colombia, Bogotá, Colômbia, <http://micrositios.centrodememoriahistorica.gov.co/observatorio/>.

³⁷ International Crisis Group (2017).

³⁸ Magaloni et al. (2020).

de ouro. Essas operações de mineração, que respondem por 28% de todo o ouro extraído no Peru, 30% na Bolívia, 77% no Equador, 80% na Colômbia e entre 80% e 90% na Venezuela, estão associadas à exploração de trabalho e tráfico de pessoas como também à degradação ambiental drástica e à contaminação dos recursos hídricos (caixa 4.2).³⁹

³⁹ Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (2016).

Caixa 4.2: A mineração ilegal e não regulamentada é uma fonte de conflito ambiental e destruição na ALC

As operações de mineração ilegais estão disseminadas por toda a ALC, e as condições regulatórias e os padrões ambientais e de saúde em operações que têm concessões ou autorizações legais muitas vezes não são cumpridos. Devido ao caráter extrativo da mineração, os seus abundantes benefícios econômicos são frequentemente distribuídos de forma desigual entre as comunidades locais ou desviados para as mãos de corporações, autoridades estatais corruptas ou grupos criminosos organizados.^a Os danos permanentes resultantes aos recursos naturais e ecossistemas afetam predominantemente os meios de subsistência locais. Por esta razão, os projetos de mineração na região têm enfrentado repetidamente resistência ou agitação entre as comunidades locais.^b Além disso, os direitos territoriais, políticos e econômicos locais são quase sempre desconsiderados no contexto de grandes atividades extrativas e as demandas levantadas pelas comunidades contra essas violações foram, em alguns casos, ignoradas ou enfrentadas por violenta perseguição.^c

Na ALC, a mineração artesanal e em pequena escala de ouro não é regulamentada e continua a ser praticada usando técnicas tradicionais que impactam negativamente o meio ambiente. Como principal motor do desmatamento no Suriname, o país mais florestado do mundo, a mineração de ouro foi responsável por 73% do desmatamento entre 2000 e 2015, resultando em emissões de gases de efeito estufa de cerca de 55 milhões de toneladas de dióxido de carbono.^d Além disso, tipo de mineração de ouro leva à degradação do solo e à erosão e sedimentação de cursos d'água. Sem

restauração e reabilitação adequadas, as áreas mineradas se degradam em solo nu, grama e água estagnada, diminuindo irreversivelmente a biodiversidade, os estoques de carbono e os bens e serviços ambientais proporcionados pelos ecossistemas. As perdas de biodiversidade derivadas desse tipo de mineração estão especialmente associadas à dizimação de espécies de peixes.

A mineração artesanal e em pequena escala de ouro também é a principal fonte de depleção antropogênica de mercúrio no meio ambiente, totalizando cerca de 37% das emissões globais de mercúrio em 2018.^e A ALC é o principal contribuinte para as emissões de mercúrio derivadas da mineração artesanal e de pequena escala do ouro, representando cerca de 42% do total de emissões associadas a esta atividade. Por meio da ratificação da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, os países da região se comprometeram a eliminar o uso de mercúrio.^f Alguns até proibiram o seu uso. No entanto, os mineiros ainda não têm ferramentas e habilidades para operar sem mercúrio e, assim, surgiu um mercado negro para o metal, empurrando muitos mineiros em condições de trabalho predominantemente informais para a ilegalidade e deixando-os com a difícil escolha entre garantir os seus meios de subsistência e preservar a saúde dos ecossistemas e de si próprios.

^a Loayza e Rigolini (2016).

^b Schröder *et al.* (2020).

^c GRISUL (2018).

^d NIMOS, SBB e UNIQUE (2017).

^e AMAP e PNUMA (2019).

^f BCCC, SCRC e PNUMA (2014).

A região também testemunhou violência contra grupos indígenas. Essa violência está associada a atores estatais e do setor privado que buscam controlar ativos de capital natural de valor estratégico, incluindo florestas que serão transformadas em pastagens agrícolas em esquemas de especulação de terras, assim como recursos minerais, fósseis e hídricos. O *boom* das *commodities* durante os anos 2000, que resultou em altos preços de muitos metais importantes, elevou a demanda e a pressão pelas atividades extrativas, tornando a violência sobre os recursos ainda mais prevalente. As tensões aumentaram entre as comunidades locais na tentativa de proteger os seus direitos sobre a terra e as indústrias extrativas com a intenção de tomar o controle de ativos valiosos, desencadeando violência em muitos países da região.⁴⁰

⁴⁰ Rasch (2017); Martinez-Alier (2021).

Padrões de violência política

A violência do Estado e os atos violentos associados à política contenciosa diminuíram na região durante o século 21. A mobilização social tem sido geralmente pacífica. Apenas 23% da média de 39 protestos a cada ano entre 2000 e 2012 foram violentos.⁴¹ Desde 2013, houve um ligeiro aumento no número de protestos e na proporção deles que são violentos, mas os números variam amplamente dentro e entre as sub-regiões (figura 4.9). Entre 2000 e 2019, os protestos violentos na América do Sul foram mais comuns na Bolívia, Brasil e Venezuela. O México foi palco de substanciais protestos violentos e a maioria dos protestos violentos na América Central ocorreram em Honduras e na Nicarágua. De acordo com os dados limitados sobre protestos no Caribe, Haiti e Jamaica tiveram o maior número de protestos violentos na sub-região. Outra forma de violência relacionada a este fenômeno, que se tornou particularmente evidente durante os protestos generalizados em toda a região em 2019, foi o uso excessivo da força e declarações de emergência que suspenderam direitos e liberdades básicas com que vários Estados responderam às manifestações e que foram responsáveis por mais de 200 mortes.⁴²

Mesmo depois de reformas estruturais entre as forças policiais como parte da transição para a democracia, a brutalidade e os abusos policiais continuam a ser um problema significativo na região. Eles são particularmente críticos na Argentina, Bolívia, Colômbia e El Salvador, onde afetam principalmente homens, jovens e residentes de grandes cidades.⁴³ Na Venezuela, a taxa de civis mortos por forças governamentais aumentou de 2,3 por 100.000 habitantes em 2010 para 19,0 em 2016, e até 22% de todas as mortes violentas no país em 2016 foram causados por forças de segurança do Estado.⁴⁴ Em El Salvador, em 2016, o índice equivalente era 9,5 por 100.000, e cerca de 11% de todos os homicídios foram perpetrados por forças de segurança do Estado.⁴⁵ O índice de homicídios pelo Estado do Brasil é menor, perto de 2,0, mas o número de pessoas mortas pela polícia na última década chegou a 33.000.⁴⁶ Na Colômbia, o índice relatado de civis mortos pelas forças do estado é inferior a 1,0, mas as execuções extrajudiciais são comuns; mais de 3.800 pessoas foram mortas pelo exército para apresentá-las como membros de grupos armados ilegais.⁴⁷ As agressões realizadas pelas forças armadas também se intensificaram após a decisão de alguns países de militarizar a segurança pública, o que resultou em um aumento da violência no Equador, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua e Venezuela.⁴⁸

⁴¹ Clark e Regan (2016).

⁴² Anistia Internacional (2019).

⁴³ Cruz (2009).

⁴⁴ Ávila (2018); Fernández-Shaw (2019).

⁴⁵ Bergmann (2019).

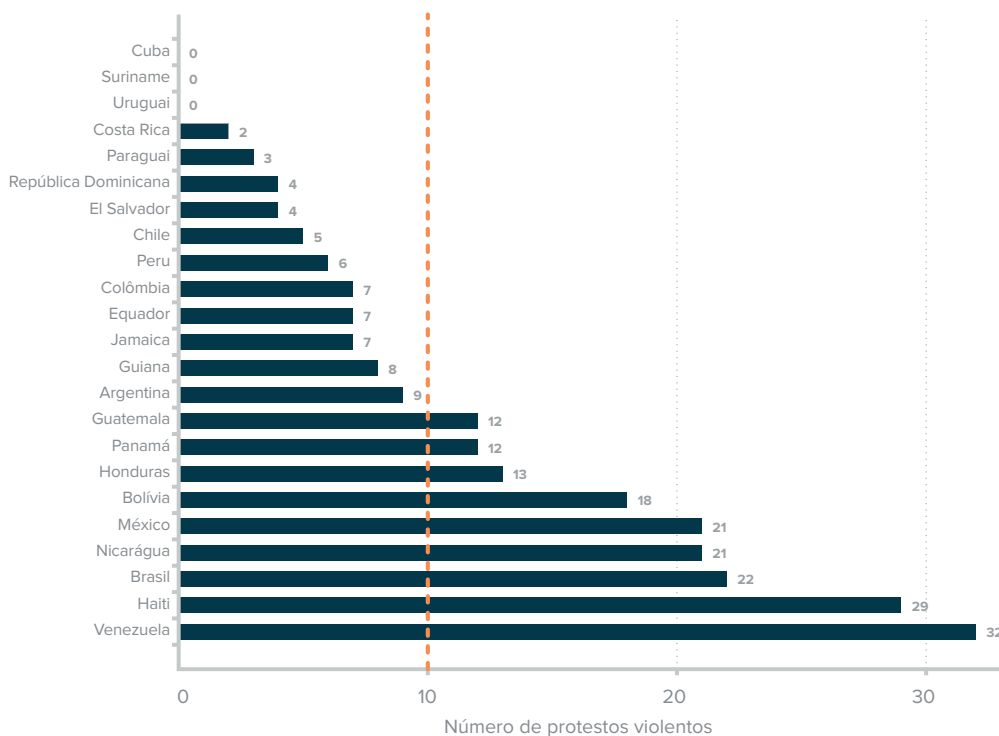
⁴⁶ Marques et al. (2019); Muñoz Acebes (2020).

⁴⁷ Castillo Muñoz, Suárez Rueda e Acero Velásquez (2019); Legrand (2020).

⁴⁸ Diamint (2015); Flores-Macías e Zarkin (2019).

Figura 4.9: As manifestações foram geralmente pacíficas, mas os protestos violentos são um problema em vários países

Número de protestos violentos em países da ALC, 2000-2019



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; dados de Clark e Regan 2016; Dados de Protestos de Mobilização em Massa (painel), versão Harvard Dataverse 5.0, Biblioteca de Harvard, Universidade de Harvard, Cambridge, MA, <https://dataverse.harvard.edu/dataverse/MMdata>.

Observação: A média da ALC é mostrada pela linha laranja pontilhada.

A violência política na ALC também afetou as pessoas que foram sistematicamente alvejadas e assassinadas por causa das suas convicções, opiniões e atividades políticas. Isso inclui defensores dos direitos humanos, líderes sociais, ativistas ambientais, políticos e jornalistas. A maioria dos casos de defensores dos direitos humanos assassinados ocorreu no Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras e México.⁴⁹ Conflitos sobre questões ambientais tornaram-se especialmente violentos no Brasil, Guatemala e Honduras.⁵⁰ Centenas de políticos mexicanos foram mortos por organizações do narcotráfico.⁵¹ Cerca de 2.000 políticos locais na Colômbia foram assassinados entre 1980 e 2015.⁵² Estima-se que 450 jornalistas foram mortos ou

⁴⁹ Front Line (2020).

⁵⁰ Temper, del Bene e Martinez-Alier (2015).

⁵¹ Trejo e Ley (2021).

⁵² Arjona, Chacon e Garcia (2020).

desapareceram na região entre 2000 e 2017; Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras e México são os países mais perigosos para essa profissão.⁵³

Padrões de violência social e doméstica

Além dos problemas críticos que a ALC enfrenta por causa da violência política e criminal, a região também está lutando contra a violência doméstica e social (caixa 4.3). Cerca de um terço das mulheres que já estiveram em um relacionamento foram agredidas física ou sexualmente por um parceiro íntimo pelo menos uma vez na vida e mais de 10% das mulheres com 15 anos ou mais foram submetidas a sexo forçado por um não parceiro.⁵⁴

No entanto, existe uma grande variação entre os países. Dados sobre violência por parceiro íntimo (VPI) contra mulheres durante o ano mais recente disponível entre 2003 e 2017 mostram que o Equador teve a taxa mais alta (40,4%), seguido por Costa Rica (35,9%) e Trinidad e Tobago (30,2%) (figura 4.10). Todas as outras taxas variaram entre 20% e 30%, exceto as taxas no Brasil e no Uruguai, que foram as mais baixas: 16,7% e 16,8%, respectivamente. A proporção de mulheres que foram abusadas física ou sexualmente pelo seu parceiro atual ou mais recente também varia amplamente entre os países (figura 4.11). A Bolívia exibe o índice mais alto (quase 60%); os índices na Colômbia, Equador e Peru estão entre 30% e 35%, e o Uruguai relata um índice inferior a 10%.

Havia diferenças perceptíveis nas taxas médias de feminicídio entre os países da região entre 2010 e 2019 (figura 4.12). No Caribe, os índices de feminicídio mais altos foram relatados na República Dominicana (3,1), Trinidad e Tobago (2,3) e Santa Lúcia (1,8). Na América do Sul, os maiores índices foram na Bolívia (2,0), Brasil (1,6) e Uruguai (1,5). Na América Central, a sub-região com os índices mais altos, os países com mais feminicídios em relação à sua população foram Honduras (7,1) e El Salvador (6,3).

⁵³ Díaz Nosty e de Frutos García (2017).

⁵⁴ OMS, LSHTM e SAMRC (2013).

Caixa 4.3: A redução da violência contra mulheres e meninas é um requisito para o desenvolvimento sustentável

A violência contra mulheres e meninas representa um flagelo contra os direitos humanos, a saúde pública, a segurança cidadã e a autonomia física, política e econômica das mulheres. Na ALC, os níveis desse tipo de violência são avassaladores. O índice de violência sexual por parte de um não parceiro é a terceira maior do mundo e o índice de violência por parte de parceiros ou ex-parceiros é a segunda maior em todo o mundo. A expressão mais radical dessa violência, o feminicídio, atingiu dimensões preocupantes: de acordo com o Observatório da Igualdade de Gênero da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 4.555 mulheres foram vítimas de feminicídio em 18 países da ALC em 2018.^a

Por causa da pandemia de Covid-19, a maioria dos países está passando por uma crise socioeconômica como um subproduto da crise de saúde, que gerou maiores hiatos de desigualdade, afetando principalmente meninas e meninos, adolescentes e mulheres, todos eles mais vulneráveis e em risco dentro das suas próprias casas. Evidências em todo o mundo mostram que, em contextos de crise, conflito ou emergência, a violência contra mulheres e meninas aumenta. Dados do Rastreador Global de Resposta ao Gênero do PNUD mostram que os governos da região colocaram a luta contra este tipo de violência no centro das respostas políticas de emergência: 177 medidas realizadas em 29 países se concentram na prevenção ou combate à violência contra mulheres e meninas, compreendendo cerca de 68% de todas as ações com perspectiva de gênero.^b

A eliminação desse tipo de violência é um fator catalisador para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. Não é apenas fundamental para o empoderamento econômico das mulheres, mas também para a redução da pobreza, a consolidação da paz, a coesão social e o acesso à justiça. Conforme amplamente demonstrado nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para a erradicação da violência contra mulheres e meninas devem adotar um enfoque abrangente que inclua prevenção, atendimento, punição e reparação. Essa abordagem também deve integrar perspectivas econômicas, sociais, culturais e de justiça para enfrentar a questão em todos os estágios do ciclo de vida das mulheres.

A Iniciativa Spotlight para a Eliminação da Violência contra Mulheres e Meninas está no centro das reformas dentro das Nações Unidas.^c Representa uma nova maneira de cumprir a Agenda 2030 de maneira integrada. É uma aliança

global plurianual entre a União Europeia e as Nações Unidas para ajudar a eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas. O principal objetivo do Programa Regional da Iniciativa Spotlight para a América Latina é prevenir, responder e eliminar a violência contra mulheres e meninas, com foco no feminicídio. O Programa Regional da Iniciativa Spotlight para o Caribe está principalmente comprometido em lidar com a violência doméstica.

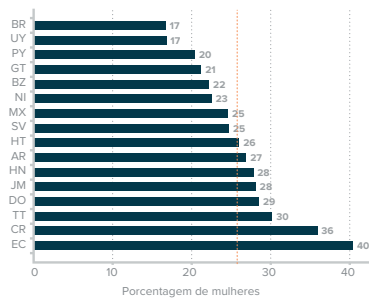
^a Ver Femicídio ou Feminicídio (painel), Observatório para a Igualdade de Gêneros para a América Latina e o Caribe, Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, Santiago, Chile, <https://oig.cepal.org/en/indicators/femicide-or-feminicide>.

^b ONU-Mulheres e PNUD (2020); ver Rastreador Global de Resposta ao Gênero Covid-19 (painel), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, <https://data.undp.org/gendertracker/c> GRISUL (2018).

^c Ver o website da Iniciativa Spotlight em <https://www.spotlightinitiative.org/>. e AMAP e PNUMA (2019).

Figura 4.10: A violência por parceiro íntimo contra as mulheres na região é generalizada

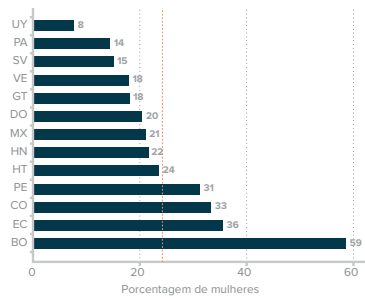
Parcela de mulheres que sofreu abuso físico ou sexual por qualquer parceiro, %, último ano disponível, 2003–2017



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021 com base em dados de Bott et al. 2019. Observação: A linha laranja pontilhada indica a média da ALC

Figura 4.11: Na maioria dos países, mais de 1 mulher em cada 10 sofreu abuso sexual ou físico por parte do seu parceiro mais recente

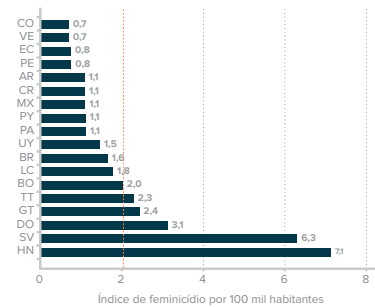
Parcela de mulheres que sofreu abuso físico ou sexual por parte do seu parceiro mais recente, %, último ano disponível, 2003–2017



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021 com base em dados de Bott et al. 2019. Observação: A linha laranja pontilhada indica a média da ALC

Figura 4.12: Na ALC, a América Central é a sub-região com os níveis mais altos de feminicídio

Índice médio de feminicídio por 100.000 habitantes nos países da ALC, 2000–2019



Fonte: Arjona 2021, Documento de Base RDHR PNUD ALC 2021; Femicídio ou Feminicídio (painel), Observatório de Igualdade de Gêneros para a América Latina e no Caribe, Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, Santiago, Chile, <https://oig.cepal.org/en/indicators/femicide-or-feminicide>. Observação: A linha laranja pontilhada indica a média da ALC

A violência também afetou gravemente as crianças da região e as minorias sexuais e de gênero. Estima-se que 58% das crianças na região foram submetidas a abuso físico, sexual ou emocional.⁵⁵ Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sugerem que, na maioria dos países da ALC, a maior parte das crianças sofre disciplina violenta em casa. Quase dois milhões de crianças na região foram vítimas de exploração sexual, e 48% das vítimas de tráfico de pessoas na América Central e no Caribe são crianças, em comparação com 34% em todo o mundo.⁵⁶ Todos os cinco países com as maiores taxas de homicídio de adolescentes no mundo estão localizados na região: Venezuela, Honduras, Colômbia, El Salvador e Brasil.⁵⁷ Os dados sobre violência contra a comunidade LGBTQ+ são ainda mais escassos por causa de relatórios incorretos e casos não denunciados. Os dados disponíveis sugerem que a ALC também tem uma grande proporção de homicídios contra pessoas trans, por exemplo, mas os conjuntos de dados incluem países que relataram apenas uma ocorrência deste tipo de violência entre 2008 e 2011, que não inspira confiança na exatidão das informações.⁵⁸ As informações mais confiáveis são dadas por organizações não governamentais (ONGs) e organizações de base que constroem os seus próprios observatórios para acompanhar as notícias locais (caixa 4.4).

Outro fato alarmante é o crescente apoio popular ao uso da violência extralegal como uma forma aceitável de resolver conflitos entre os países da região, o que reflete um baixo nível de confiança nas instituições. A parcela da população que apoia esses métodos está entre 40% e 52% em Belize, Bolívia, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica e Peru; entre 30% e 40% no Brasil, Colômbia, Guiana, México, Nicarágua, Paraguai, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela, e entre 20% e 30% na Argentina, Chile, Costa Rica e Panamá.⁵⁹

⁵⁵ Hillis et al. (2016).

⁵⁶ Save the Children (2017); UNODC (2018).

⁵⁷ UNICEF (2017).

⁵⁸ Balzer e Hutta (2012).

⁵⁹ Cruz e Kloppe-Santamaría (2019).

Caixa 4.4: Houve progresso na proteção dos direitos da comunidade LGBTQ+, mas os níveis de violência ainda são altos

A comunidade LGBTQ+ na ALC continua encontrando incompatibilidades entre os direitos legais e a realidade. De acordo com SinViolencia LGBTQI, uma rede regional de grupos de defesa LGBTQ+, quatro pessoas LGBTQ+ são assassinadas na região todos os dias.^a Na Colômbia, conquistas impressionantes na proteção dos direitos das pessoas LGBTQ+ contrastam com altos níveis de discriminação e violência. Diante desse cenário, o país oferece um valioso estudo de caso para a região devido à disponibilidade de evidências recentes sobre o assunto e à resposta de organizações de base que investigam, relatam e proporcionam assessoria jurídica às vítimas LGBTQ+.

Uma pesquisa de 2019 realizada pelo Instituto Williams da Universidade da Califórnia, Los Angeles, que entrevistou quase 5.000 participantes LGBTQ+ na Colômbia, revelou padrões altamente perturbadores.^b Entre os entrevistados, 72% relataram sofrimento psicológico; 55% tiveram pensamentos suicidas e 25% tentaram o suicídio. Entre estes últimos, 33% eram mulheres bissexuais e 31% eram transgêneros. Entre os entrevistados, 67% foram agredidos verbalmente; 35% foram ameaçados; 21% foram vítimas de violência sexual e 23% foram espancadas. A proporção de entrevistados que foram abusados verbal ou fisicamente por autoridades públicas foi de 20% e 11%, respectivamente. Entre os participantes, 75% sofreram *bullying* quando eram menores de idade e 73% relataram que foram submetidos a microagressões rotineiramente. Essas participações foram dramaticamente maiores entre os entrevistados transgêneros.

Preconceito e violência andam de mãos dadas, e os assassinatos da população LGBTQ+ da Colômbia costumam ser a última etapa em uma longa história individual de abuso e discriminação dentro e fora de casa.^c Em agosto de 2020, um jovem de 17 anos nascido de Sincelejo atacou brutalmente Luis, um vizinho gay da mesma idade, com um facão, mutilando o braço dele. Isso aconteceu depois que Luis foi repetidamente assediado por ser homossexual. Três organizações que atuam em questões relacionadas à comunidade LGBTQ+ — Colombia Diversa, Pink Consultores e Sucre Diversa — estão atualmente oferecendo apoio a Luis e a família dele após a agressão. Da mesma forma, a ONG Red Comunitaria Trans, que acompanha ativamente casos de violência contra trabalhadoras do sexo transgênero na Colômbia, relatou em junho de 2020 que policiais espancaram, atiraram e perseguiram cinco trabalhadoras do sexo em Bogotá, capital do país, após provocá-las verbalmente.

De acordo com a ONG Temblores, ocorreram 1.944 atos de violência contra pessoas LGBT+ em Bogotá de 2010 a 2020.^d Amigos, desconhecidos, conhecidos distantes e policiais e militares são os perpetradores mais frequentes. A organização Colombia Diversa documentou que as mulheres transgênero estavam entre as vítimas mais comuns de homicídios vinculados à discriminação contra a comunidade LGBT+ em espaços públicos em 2015.^e Elas enfrentam elevada exposição à vitimização por causa das ocupações altamente criminalizadas que são forçadas a assumir na ausência de melhores oportunidades de emprego. Dos homicídios dirigidos a pessoas LGBT+ entre 2012 e 2015, 95% nunca levaram a prisões.

A persistência de crimes motivados por preconceito contra a comunidade LGBT+ provavelmente não diminuirá sem um forte compromisso e uma linha de ação clara e aberta dos governos da região para enfrentar a intolerância à diversidade na orientação sexual e identidade de gênero.

^a SinViolencia LGBTI (2019).

^b Choi *et al.* (2020).

^c Moloney (2019).

^d Temblores ONG (2019).

^e Colombia Diversa (2016).

4.3. A desigualdade é resultado e fonte de violência na região

A desigualdade está associada ao aumento da violência

Estudos empíricos exploraram a relação entre desigualdade e crime. A maioria encontra uma associação positiva.⁶⁰ Outros não descobrem nenhuma conexão significativa.⁶¹ Ao estudar a desigualdade e as tendências do crime em todo o mundo na segunda metade do século 20, pesquisadores identificaram possíveis efeitos causais subjacentes da desigualdade nas taxas de criminalidade.⁶² Alguns ilustraram como as taxas de criminalidade na América Latina estão intimamente relacionadas aos

⁶⁰ Kelly (2000); Machin e Meghir (2004); Demombynes e Özler (2005); Buonanno e Vargas (2019).

⁶¹ Bourguignon *et al.* (2003); Corvalan e Pazzona (2019).

⁶² Fajnzylber, Lederman e Loayza (2002).

traços socioeconômicos urbanos.⁶³ Mais recentemente, pesquisadores identificaram com sucesso uma relação causal entre as variações nos fatores socioeconômicos e o crime no contexto da guerra às drogas mexicana.⁶⁴

Este relatório se baseia neste trabalho anterior para analisar novos dados de períodos mais recentes e dar novas evidências empíricas sobre a relação entre desigualdade e taxas de homicídio e vitimização.⁶⁵ Usa dados subnacionais e nacionais de várias fontes para compor uma análise longitudinal. A análise considera várias medidas de violência, inclui especificações de modelos diferentes e corrige a potencial endogeneidade na desigualdade usando dados históricos como instrumentos. Os resultados apontam para uma relação positiva, significativa e robusta entre desigualdade e violência. São consistentes em todas as medidas de violência em estudo e sugerem que os maiores níveis de desigualdade de renda, medidos pelo índice de Gini, estão associados a aumentos nos índices de homicídio e de vitimização por crimes. O efeito da desigualdade sobre os homicídios parece mais forte no caso de vítimas que são homens. Isso também se aplica às taxas de vitimização. A vitimização diminui com a idade. Quando combinados com indicadores de associação de gênero e crime, os homens jovens sofrem o principal fardo do crime. A vitimização aumenta com o nível educacional. Se a etnia for considerada, grupos de mestiços e mulatos enfrentam maiores taxas de vitimização. Os resultados também sugerem que as famílias mais ricas da ALC sofrem mais vitimização geral por crimes, especialmente roubos e furtos, mas as famílias com situação socioeconômica mais baixa sofrem mais homicídios. O estudo também descobriu que, em relação aos países da Europa Ocidental, os países da ALC apresentam taxas adicionais significativas de homicídios e de vitimização por crimes. (O quadro 4.5 oferece detalhes sobre o raciocínio econométrico e o processo de apoio a essas conclusões.)

⁶³ Gaviria e Pagés (2002).

⁶⁴ Enamorado et al. (2016).

⁶⁵ Ver Schargrodsky e Freira (2021) para detalhes adicionais sobre as contribuições empíricas recentes cobertas nesta seção.

Caixa 4.5: Novas evidências empíricas sobre a relação entre desigualdade e violência

Documento de base de Schargrotsky e Freira (2021) para este relatório, “Inequality and Crime in Latin America and the Caribbean: New Data for an Old Question”, explora a relação entre desigualdade e violência em um cenário empírico. Encontra evidências robustas de que uma maior desigualdade de renda é acompanhada por uma maior incidência de violência. Os autores usam taxas de homicídio e de vitimização por crime como medidas de violência e especificações de modelos alternativos para controlar por outros fatores determinantes. Também usam várias amostras, incluindo países em todos os continentes ou focalizando apenas os países da ALC ou regiões dentro dos países da ALC.

Dadas as deficiências dos sistemas estatísticos sobre crime e violência na região, os dados são extraídos de várias fontes, como segue:

- *Taxas de homicídio*: (a) um painel desbalanceado de homicídios intencionais por 100.000 habitantes por ano, cobrindo 106 países de 1995 a 2017 (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) e (b) um painel desbalanceado de homicídios por 100.000 por ano, cobrindo 123 países de 1995 a 2017 (Carga Global de Estudo de Doença).^a
- *Taxa de vitimização do crime*: (a) um banco de dados de corte transversal da parcela de entrevistados que relataram ter sido vítimas de crime nos 12 meses anteriores, abrangendo 42 países e 60.472 indivíduos em um ano para cada país entre 2010 e 2014 (Pesquisa de Valores Mundiais) e (b) um painel desbalanceado da proporção de entrevistados que relataram ter sido vítimas de crime nos 12 meses anteriores, cobrindo 18 países da ALC e uma média de 14.000 indivíduos por ano de 1995 a 2018 (Latinobarómetro).^b
- Coeficientes ou índices Gini do país (PovcalNet) e coeficientes ou índices Gini subnacionais para os países da ALC (SEDLAC).^c
- Dados do PIB (World Economic Outlook), índices de pobreza (Indicadores de Desenvolvimento Mundial), hiatos de pobreza (PovcalNet) e índices de conclusão do ensino fundamental (Indicadores de Desenvolvimento Mundial), todos usados como controles.^d

Para abordar potenciais vieses de estimação por causa da simultaneidade explicativa de fatores políticos e institucionais sobre desigualdade e crime e potencial endogeneidade por causa da causalidade reversa direta da violência sobre a desigualdade, as estimativas incluem efeitos fixos de país e contam com dados históricos em uma configuração de variável instrumental. Especificamente,

o estudo usa os índices de mortalidade de colonos e variáveis de ex-colônia de Acemoglu et al. (2001) e as medidas de escravidão africana e indígena de Soares, Assunção e Goulart (2012) como instrumentos. Essas variáveis instrumentais demonstraram ter forte poder explicativo sobre a desigualdade.

Schargrodsky e Freira (2021) descobriram que um aumento de 10 pontos no índice de Gini se traduz em 9,3 homicídios adicionais por 100.000 habitantes. As estimativas em regressões usando índices de vitimização por crime como variável dependente variam entre as fontes de dados. Um aumento de 10 pontos no índice de Gini implica um aumento no índice de vitimização da Pesquisa de Valores Mundiais de 3,7 pontos percentuais, o que representa um aumento de 20% em relação ao nível de referência. Enquanto isso, um aumento de 10 pontos no índice de Gini leva a um aumento de 5,9 pontos percentuais na taxa de vitimização do Latinobarómetro, equivalente a 16,6% a mais em relação à linha de base. A análise dessa relação no nível subnacional mostra que um aumento no índice de Gini de 10 pontos equivale a um aumento de 4,1 pontos percentuais no índice de vitimização.

As descobertas de Schargrodsky e Freira também destacam a magnitude do problema da violência na ALC em uma perspectiva global. Comparando as regiões do mundo, eles descobriram que os países da ALC têm 14,3 mais homicídios por 100.000 habitantes por ano e um adicional de 11,8 pontos percentuais nas taxas de vitimização por crime em relação aos países da Europa Ocidental. Os coeficientes de regressão da ALC são os maiores entre as regiões do mundo e sugerem que a violência “adicional” na região representa dois terços do total de homicídios da região.

O impacto da pobreza sobre os índices de homicídio e vitimização do crime é menos robusto e mais instável do que a desigualdade. Enquanto o último parece ser um fator determinante para os níveis de violência, o primeiro não o é.

^a Ver GBD Results Tool (base de dados), Global Burden of Disease Study, Global Health Data Exchange, Institute for Health Metrics and Evaluation, Seattle, <http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington, DC, <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>.

^b ONU Mulheres e PNUD (2020); ver Rastreador Global de Resposta ao Gênero Covid-19 (painel), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova York, <https://data.unp.org/gendertracker/>. c GRISUL (2018).

^b Ver Latinobarómetro (painel), Corporación Latinobarómetro, Santiago, Chile, <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>; PVM (Pesquisa de Valores Mundial) (painel), King's College, Old Aberdeen, Reino Unido, <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>.

^c Ver PovcalNet (ferramenta de análise online) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/>; CEDLAS (Base de Dados Socioeconômicos para América Latina e Caribe), Centro de Estudos Distributivos, Laborais e Sociais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, e Laboratorio de Equidade, Equipe para Desenvolvimento Estatístico, Banco Mundial, Washington D.C., <http://sedlac.econo.unlp.edu.ar/wp/en/estadisticas/sedlac/estadisticas/>.

^d Ver PovcalNet (ferramenta de análise online) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/>; IDM (Indicadores de Desenvolvimento Mundial) (painel), Banco Mundial, Washington D.C., <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>; PEM (Bases de Dados Perspectivas Econômicas Múdiuais) (painel), Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/index.aspx>.

Há uma representação maior do mais vulneráveis entre as vítimas de violência

Para esclarecer os efeitos desproporcionais da violência sobre as pessoas já desfavorecidas e as implicações para a desigualdade, a análise começa apresentando as evidências que mostram como existe uma representação maior das pessoas mais vulneráveis entre as vítimas da violência.

Como em outras partes do mundo, a maioria das vítimas de homicídio na ALC são homens jovens. No entanto, nem todos os jovens enfrentam o mesmo risco de violência letal. A violência criminal está concentrada nos bairros urbanos mais pobres, áreas rurais com presença precária do Estado e economias ilícitas fortes e comunidades de fronteira.⁶⁶ Os homicídios tendem a afetar os pobres de forma desproporcional.⁶⁷ As minorias étnicas também apresentam maior risco de vitimização letal. A taxa de homicídio entre jovens afrodescendentes de 12 a 29 anos no Brasil em 2012 foi de 70,8 por 100.000 habitantes, enquanto a taxa equivalente entre jovens não pretos ou pardos foi de 27,8.⁶⁸ Sobre crime e delinquência, alguns estudos descobriram que crimes específicos, como os roubos de rua na Argentina, afetam os ricos e os pobres igualmente.⁶⁹ Outros descobriram que o crime geralmente afeta famílias ricas e de classe média em grandes cidades.⁷⁰ Pessoas com escolaridade primária ou secundária têm maior probabilidade do que pessoas com maior escolaridade de denunciar a violência de gangues nos seus locais de residência.⁷¹ O mesmo se aplica a negros, indígenas ou outras minorias étnicas em relação aos brancos entrevistados.

A vitimização também foi considerada mais comum entre pessoas que enfrentam múltiplas desvantagens sobrepostas por causa do seu gênero, etnia, orientação sexual ou identidade de gênero ou situação socioeconômica. Por exemplo, minorias étnicas e membros da comunidade LGBTQ+ correm maior risco de serem mortos e mulheres LGBTQ+ pobres têm maior probabilidade de ser vítimas de assédio policial e apresentam índices mais altos de encarceramento.⁷² Mulheres indígenas e negras no Equador vivenciam mais violência de gênero.⁷³ Os homicídios de mulheres afrodescendentes no Brasil aumentaram 54,2% entre 2003 e 2013, enquanto os homicídios de mulheres não negras ou pardas diminuíram 9,8% durante o mesmo período.⁷⁴ Entre todas as mulheres

⁶⁶ Yashar (2018).

⁶⁷ Soares (2006).

⁶⁸ CEPAL (2017).

⁶⁹ Di Tella, Galiani e Schargrodsky (2010).

⁷⁰ Gaviria e Pagés (2002).

⁷¹ Dados de 2018 do Latinobarómetro (painel), Corporación Latinobarómetro, Santiago, Chile, <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

⁷² CIDH (2015).

⁷³ CEPAL (2018).

⁷⁴ (Ibid).

vítimas de homicídio no Brasil, 66% eram afrodescendentes, embora os pretos e pardos representem 51% da população do país.^{75, 76} Estudos descobriram que mulheres pobres têm maior probabilidade do que mulheres não pobres de sofrer violência doméstica em Barbados, Chile, Colômbia, Haiti e Nicarágua.⁷⁷ No entanto, outros estudos não encontraram uma relação positiva na República Dominicana, Nicarágua ou Peru.⁷⁸

No âmbito da violência política, a agressão às lideranças sociais representa um ônus maior para as minorias étnicas e grupos economicamente vulneráveis, que geralmente são aqueles que representam as demandas dos afetados pelas injustiças territoriais e ambientais. A maioria dos líderes assassinados na Colômbia entre 2017 e 2019 eram indígenas e negros, trabalhadores rurais ou representantes de sindicatos.⁷⁹ No Brasil, a maioria dos líderes sociais assassinados pertencia a comunidades que enfrentavam várias formas de expropriação, como organizações de trabalhadores rurais, mobilizando por terras e serviços públicos, ou povos indígenas defendendo suas terras e recursos naturais.⁸⁰ Em meio ao conflito civil colombiano, os atores armados concentraram as suas operações nas áreas rurais e a maior parte da violência ocorreu fora das grandes cidades.⁸¹ Eles recrutariam pessoas de baixa renda que geralmente já haviam sido vitimizadas.⁸² A maioria das vítimas do confronto civil no Peru vivia em áreas rurais e trabalhava na agricultura.⁸³ Com relação à violência do Estado, a proporção de vítimas de abuso policial entre grupos de baixa renda ou minorias étnicas é maior do que entre o resto da população na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia.⁸⁴ Pessoas negras na América Latina, especialmente os jovens, são mais propensos a serem parados e registrados nas ruas pela polícia por causa da discriminação racial; eles também têm maior probabilidade de serem presos e encarcerados, e as suas penas tendem a ser mais severas.⁸⁵ A criminalização dos protestos parece também afetar desproporcionalmente os pobres.⁸⁶

Indivíduos e comunidades que já enfrentam adversidades em termos de renda, direitos, acesso a serviços sociais ou representação política correm maior risco de se tornarem vítimas da maioria das formas de violência. Todos os tipos de crimes, exceto roubos e sequestros, tendem a afetar desproporcionalmente indivíduos e comunidades pobres, assim como áreas geográficas com presença precária do Estado.

⁷⁵ Cerqueira et al. (2019).

⁷⁶ No Brasil, o termo afrodescendente é usado para se referir a pretos e pardos.

⁷⁷ Larrain (1993); Ellsberg et al. (2000); Flake e Forste (2006); BSS (2014).

⁷⁸ Flake e Forste (2006).

⁷⁹ International Crisis Group (2020).

⁸⁰ Anistia Internacional (2016).

⁸¹ GMH (2013).

⁸² Arjona e Kalyvas (2012).

⁸³ CVR (2003).

⁸⁴ González (2019).

⁸⁵ CEPAL (2017).

⁸⁶ Doran (2017).

Tudo isso significa que os efeitos negativos da violência propagam a desigualdade porque afetam as pessoas que já estão em situação de desvantagem. A violência, portanto, tem o poder de aumentar as desigualdades existentes no desenvolvimento humano porque torna alguns membros da sociedade piores nos muitos domínios do desenvolvimento humano em que são desprivilegiados. Arjona (2021) argumenta que o impacto preciso da violência no desenvolvimento humano, incluindo a magnitude do impacto, será determinado pelo tipo e pela gravidade da violência, pelos atributos das vítimas ou pelo seu contexto que pode moderar os efeitos.

A violência restringe direitos e liberdades

A violência pode aumentar a desigualdade ao minar o direito à vida e a integridade física de grupos desfavorecidos. Grande parte da violência contra grupos indígenas e afrodescendentes está associada às terras que ocupam. Essas terras frequentemente representam um ativo valioso para atividades econômicas altamente lucrativas, desde o acesso à água doce e metais nas montanhas andinas até a mineração nas bacias do Amazonas e Orinoco no Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Essas atividades econômicas representam uma ameaça à integridade ecológica e à diversidade cultural e biológica da terra e dos povos locais. Líderes indígenas e organizações ambientais são quase sempre intimidados e vitimizados. Enquanto isso, a concentração da violência letal entre bairros pobres e em áreas rurais com presença precária do Estado exacerba a desigualdade subnacional porque comunidades economicamente desfavorecidas e institucionalmente abandonadas devem enfrentar maior insegurança. Isso é agravado pelo fato de que os membros dessas comunidades não têm a influência política de indivíduos mais ricos, e suas preocupações e reivindicações sobre segurança recebem menos atenção dos formuladores de políticas e das forças de segurança.

Da mesma forma, como as pessoas costumam adaptar o seu comportamento para diminuir o risco de serem vítimas de maneiras que limitam as suas escolhas, a violência e a ameaça da violência podem aumentar a desigualdade ao minar as liberdades das pessoas.⁸⁷ Uma pesquisa de 2012 descobriu que até 65% dos latino-americanos pararam de sair à noite por causa da insegurança e 13% pensaram em se mudar para um novo local por medo do crime.⁸⁸ Esse impacto é mais grave entre os pobres porque eles têm menos alternativas para adaptar o seu comportamento para evitar o crime, uma vez que é menos provável que eles sejam capazes de pagar por medidas de segurança e proteção ou realocar para áreas mais seguras. Este

⁸⁷ Lane (2014).

⁸⁸ PNUD (2013); AmericasBarometer (painel), Projeto Latino-Americano de Opinião Pública, Universidade Vanderbilt, Nashville, Tennessee, <https://www.vanderbilt.edu/lapop/core-surveys.php>.

efeito pode ser significativo. Cerca de metade de todos os homicídios na região em 2012 ocorreram nas casas ou bairros das vítimas, e outros 30% ocorreram nos municípios das vítimas.⁸⁹ Da mesma forma, as mulheres enfrentam maiores barreiras à mobilidade com base no medo de assédio sexual. Por exemplo, um estudo de 2018 descobriu que 70% das mulheres pesquisadas em Buenos Aires, Quito e Santiago do Chile se sentiam inseguras enquanto viajavam em transporte público.⁹⁰ As respostas do aparato governamental para conter o crime e a violência política também pode aumentar a desigualdade ao provocar um sentimento de insegurança e violar os direitos individuais entre as populações de baixa renda e minorias étnicas, porque as ações persecutórias tendem a ser tendenciosas para os menos privilegiados.

A violência afeta resultados sociais, como saúde e educação

A violência tem impactos críticos na formação de capital humano. No contexto da saúde, isso se aplica não só aos agravos à saúde física que podem resultar da vitimização, mas também às repercussões na saúde mental. Ambos os conjuntos de efeitos podem exacerbar as desigualdades existentes. Por exemplo, no contexto da desigualdade de gênero, o impacto da violência na saúde mental das mulheres é grave e tem sido associado à maioria das formas de sofrimento e transtorno mental.⁹¹ O efeito direto da violência sobre a saúde física e mental das mulheres não implica apenas um profundo enfraquecimento de um aspecto central do bem-estar das mulheres, mas também as expõe a maiores desvantagens por causa da interferência nas atividades econômicas, sociais e políticas das mulheres. As desigualdades em educação, saúde, acesso ao emprego e participação política que as mulheres na ALC enfrentam podem ser exacerbadas pela violência, que prejudica as habilidades cognitivas, emocionais e sociais.⁹² No caso das crianças, a violência pode ampliar a lacuna entre os privilegiados e os desfavorecidos por impactar a saúde física e mental. As crianças podem sofrer enormes traumas psicológicos e fisiológicos de experiências de violência contra si mesmas e contra os seus pais, professores e comunidades.⁹³ Essas experiências podem ter efeitos irreparáveis nas áreas do cérebro que regulam o afeto, a memória e a atenção.⁹⁴ Esses efeitos negativos tendem a aumentar lacunas no desenvolvimento humano porque crianças de baixa renda e de minorias étnicas correm maior risco de sofrer a maioria das formas de violência.

⁸⁹ Chioda (2017).

⁹⁰ CAF e FIA Foundation (2018).

⁹¹ Jordan, Campbell e Follingstad (2010).

⁹² ONU Mulheres (2012).

⁹³ Molteno et al. (1999).

⁹⁴ Teicher (2002); Arnsten (2009).

A desigualdade nos resultados de saúde pode ser agravada pela violência política e criminal que afeta desproporcionalmente as pessoas que vivem em áreas onde os grupos armados operam. Além do número de mortos e feridos, a guerra civil muitas vezes aumenta a prevalência do transtorno de estresse pós-traumático (PTSD) e pode exercer um impacto na saúde pública mesmo no período pós-guerra, afetando desproporcionalmente mulheres e crianças.⁹⁵ Por causa da violência e migração forçada, os refugiados tendem a apresentar taxas mais altas de transtornos de humor, doenças psicóticas e PTSD em comparação com residentes não migrantes.⁹⁶ Da mesma forma, a mineração ilícita pode aumentar a desigualdade subnacional na saúde, causando danos ambientais, afetando diretamente as comunidades próximas aos locais de mineração que já vivenciam níveis mais baixos de desenvolvimento e que podem sofrer consequências debilitantes à saúde, como o contato com água contaminada, devolvendo-os à saúde e ao bem-estar em relação ao resto do país.

A lacuna entre as comunidades e indivíduos privilegiados e carentes na educação pode ser ampliada pelo impacto da violência nos resultados e realizações educacionais de crianças e jovens. O efeito da violência no desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas pode debilitar a capacidade de aprendizagem e diminuir o desempenho acadêmico.⁹⁷ Esse efeito é maior em escolas localizadas em áreas urbanas pobres e em escolas de ensino médio em áreas com atividade de gangues. Resultados educacionais deteriorados podem persistir por muito tempo após a ocorrência de eventos violentos, e o impacto da violência na saúde mental de crianças e jovens pode levar à doença mental, implicando em notas mais baixas, maior absenteísmo e maiores taxas de evasão.⁹⁸ A violência também pode amplificar desigualdade por meio do efeito prejudicial sobre a qualidade e acessibilidade das escolas. A destruição de escolas ou interrupções na escolaridade limita as oportunidades das crianças de obter educação.⁹⁹ Ambientes violentos podem desencorajar os alunos de frequentar a escola por medo da violência ou pelo perigo de passar por bairros inseguros no caminho para a escola. Se as agressões são dirigidas aos pais, a violência aumenta a lacuna no apoio doméstico à educação, interrompendo o papel crucial dos pais no desenvolvimento das habilidades cognitivas e socioemocionais de crianças e jovens. A ausência de pais que correm maior risco de serem vítimas de crimes pode deixar as crianças emocionalmente desnutridas e afetar as suas habilidades de tomada de decisão.¹⁰⁰ Ao criar barreiras ao acesso à educação, afetando negativamente o desenvolvimento infantil e o desempenho acadêmico e causando doenças mentais

⁹⁵ Collier et al. (2003); Iqbal (2006).

⁹⁶ Porter e Haslam (2005); Steel et al. (2009).

⁹⁷ Molteno et al. (1999); Burdick-Will et al. (2011).

⁹⁸ McLeod e Fettes (2007); Molano, Harker e Cristancho (2018).

⁹⁹ Molteno et al. (1999).

¹⁰⁰ Cuartas, Harker e Moya (2016).

entre as crianças que já estão em desvantagem, a violência pode levar a uma maior desigualdade.

A violência afeta a geração de renda, aumentando a desigualdade

Os efeitos da violência sobre a desigualdade de renda operam em vários níveis. No nível individual, a violência pode comprometer as perspectivas de renda de indivíduos desfavorecidos por meio de múltiplos canais, criando obstáculos adicionais para a redução da desigualdade. Por exemplo, pode aumentar a lacuna de renda ao afetar a saúde mental dos pobres, alterando assim a participação dos pobres no mercado de trabalho. O medo e a ansiedade criados pela ameaça de violência podem alterar o comportamento no trabalho e, assim, afetar negativamente o desempenho educacional e o desenvolvimento cognitivo, piorar os resultados do mercado de trabalho e minar as habilidades não cognitivas.¹⁰¹ Por essas razões, a violência de gênero pode também piorar as desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho.¹⁰² Também pode ampliar a desigualdade econômica, dado o efeito desproporcional da VPI sobre as mulheres de baixa renda. A migração desencadeada pela violência pode exacerbar a desigualdade de renda porque migrantes, pessoas deslocadas internamente e refugiados enfrentam maiores dificuldades para encontrar trabalho e, portanto, têm menos perspectivas de melhorar as suas condições econômicas. Se aqueles que fogem são os mais desfavorecidos, uma maior desigualdade deve prevalecer.

A violência pode desestabilizar as economias locais em áreas desfavorecidas, condenando-as a um menor crescimento econômico. Ondas de violência nas economias rurais locais que já exibem menor crescimento econômico e instituições de baixo desempenho ampliam a desigualdade subnacional por meio de uma deterioração adicional no bem-estar econômico da população. No México, as localidades afetadas pela violência relacionada às drogas sofrem quedas na produção, nos lucros, nos salários e no número de empresas e trabalhadores na manufatura.¹⁰³ Em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, no Brasil, o crime representa 5% e 4% da produção anualmente, respectivamente.¹⁰⁴

A violência pode representar um obstáculo aos esforços de redução da desigualdade. Altos níveis de violência muitas vezes se tornam a maior preocupação entre as pessoas em um local, evitando efetivamente que a desigualdade se torne uma prioridade política. O crime na ALC reduziu o apoio às políticas de bem-estar. As taxas elevadas de violência criminal facilitaram a disseminação de percepções de insegurança e

¹⁰¹ Heckman e Rubinstein (2001); Murnane et al. (2001); Heckman, Stixrud e Urzua (2006).

¹⁰² Swanberg, Logan e Macke (2005).

¹⁰³ Gutiérrez-Romero e Oviedo (2017).

¹⁰⁴ Rondon e Andrade (2003).

isso impediu a consolidação dos sistemas de bem-estar. Paradoxalmente, as vítimas diretamente afetadas por surtos de crimes são frequentemente os indivíduos que mais precisam do apoio de políticas de bem-estar.¹⁰⁵ A violência pode até operar como um instrumento de poder permitindo que as elites preservem o *status quo* distributivo, dada a contribuição da violência para a exclusão política de grandes setores da população que não podem fazer demandas por maior igualdade por meio do processo democrático. As elites têm tolerado, facilitado e participado da violência, intervindo de forma resoluta contra a violência apenas se a violência ameaçar o equilíbrio de poder entre o centro e a periferia ou a distribuição do poder econômico e político localmente.¹⁰⁶

A violência afeta a governança, reduzindo o envolvimento político

A violência pode introduzir distorções no engajamento político que suprimem as vozes dos desfavorecidos e a participação dos desfavorecidos nos debates públicos e na tomada de decisões. Alguns estudos descobriram que as vítimas de violência tendem a participar mais do que as não vítimas em atividades políticas após a guerra e que as vítimas de crime tendem a se envolver mais em várias formas de participação política, possivelmente devido ao crescimento pós-traumático e ao valor expressivo de participação.¹⁰⁷ No entanto, outros estudos descobriram que as vítimas participam menos durante o tempo de guerra.¹⁰⁸ Elas também podem se retirar da vida política na presença de altos níveis de violência, como no caso do México.¹⁰⁹ Em toda a região, enquanto o crime não violento parece aumentar a participação política, o crime violento parece ter o efeito oposto.¹¹⁰ Atores não estatais armados podem minar a participação política por meio de sua mera presença.¹¹¹ Eles também podem forçar os cidadãos a se abster de votar ou votar em candidatos específicos.¹¹² Um impacto negativo de violência na participação política na ALC seria mais evidente nos casos em que a violência é prevalente ou generalizada, e esse impacto negativo operaria contra a igualdade se ampliasse a lacuna na influência política entre os mais abastados e os menos abastados, ou entre as comunidades carentes e as minorias étnicas.

Algumas formas de crime e violência podem afetar a sociedade por meio do seu impacto direto nos sistemas e mecanismos de governança. Os grupos criminosos e rebeldes afetam as pessoas não apenas pelo uso da violência, mas também pela sua

¹⁰⁵ Altamirano, Berens e Ley (2020).

¹⁰⁶ Gutiérrez Sanín, Acevedo e Viatela (2007); Carroll (2011); Robinson (2013); Saffon Sanín (2021).

¹⁰⁷ Bateson (2012); Bauer et al. (2016).

¹⁰⁸ Acemoglu, Robinson e Santos (2013); Gallego (2018); Arjona, Chacon e Garcia (2020).

¹⁰⁹ Trelles e Carreras (2012); Ley (2018).

¹¹⁰ Berens e Dallendörfer (2019).

¹¹¹ Córdova (2019).

¹¹² Jaffe (2013); Arjona (2016); Arias (2017).

governança de fato nos locais sob o seu controle. Esse fenômeno ocorre em favelas de grandes cidades, vilas rurais ao longo das rotas do tráfico de drogas e vilas próximas às plantações de coca e papoula. A vitimização e a violação de direitos são comuns em regimes locais coercitivos nos quais esses grupos operam como governantes armados.¹¹³ Dentro dessas ordens sociais corruptas, as autoridades criminais assumem o controle da segurança, regulam as atividades econômicas organizando o trabalho e emitindo autorizações de trabalho, regularizam a extorsão como coleta de impostos, estabelecem regras para os mercados, fornecem bens públicos e regulam o comportamento social, econômico e político.¹¹⁴ Eles influenciam a política ao se infiltrar nos governos locais para acessar informações confidenciais, persuadir as autoridades locais a projetar e implementar políticas que favoreçam a atividade criminosa, fazendo alianças com os partidos e políticos, vetando candidatos que concorrem a cargos públicos ou impedindo-os de fazer campanha, coagindo organizações civis e mobilizando eleitores para apoiar determinados candidatos ou participar de protestos. Eles podem proibir determinadas atividades, enquanto tornam outras obrigatórias. Podem até punir parceiros abusivos, ladrões e estupradores duramente.

A governança criminosa violenta afeta a desigualdade no nível subnacional por meio dos seus efeitos sobre a representação, a democracia, o estado de direito e a qualidade dos governos locais. Pode aumentar a desigualdade ao minar a representação política em comunidades vulneráveis. A interferência de grupos armados nos processos democráticos é generalizada em vários países da ALC.¹¹⁵ Normalmente leva a uma redução da competição política e da pluralidade e uma desconfiança generalizada na democracia e nos governos locais devido à falta de confiança nas eleições como mecanismos de responsabilização e seleção de liderança.¹¹⁶ Essa interferência geralmente é direcionada a localidades já sob influência criminosa, que também são tipicamente as mais vulneráveis.

A desigualdade também pode aumentar se a democracia e o Estado de Direito em localidades carentes forem enfraquecidos. Constatou-se repetidamente que o crime na ALC prejudica o apoio dos cidadãos à democracia, às instituições e ao Estado de Direito.¹¹⁷ O efeito direto é que as populações desfavorecidas em contextos onde a violência é frequente ou em localidades com instituições estatais de baixo desempenho e menos desenvolvimento econômico são menos prováveis para exigir que os políticos defendam os valores democráticos e o Estado de Direito. As elites políticas podem explorar o crime para justificar medidas de segurança autoritárias e

¹¹³ Mampilly (2011); Arjona, Kasfir e Mampilly (2015); Arjona (2016); Arias (2017); Lessing (2020).

¹¹⁴ Arjona (2016); Arias (2017).

¹¹⁵ Arjona, Chacon e Garcia (2020).

¹¹⁶ Albarracín (2018); Gallego (2018); Ponce (2019).

¹¹⁷ Pérez (2003); Malone (2010); Ceobanu, Wood e Ribeiro (2011); Blanco e Ruiz (2013); Carreras (2013); Krause (2014); Visconti (2020).

evitar abordar as condições estruturais que facilitam o crime.¹¹⁸ Políticas de punho de ferro se tornaram mais prevalentes na ALC.¹¹⁹ Elas minam a democracia e o Estado de Direito e quase sempre levam à violação dos direitos humanos.

Os efeitos da violência na qualidade da governança local podem ser particularmente consequentes para a desigualdade, sobretudo por causa da presença assimétrica do governo e da distorção inerente nas instituições locais e no desenvolvimento de comunidades marginalizadas que são uma característica comum em países da ALC.¹²⁰ Se grupos criminosos organizados obstruem a participação e representação democrática, a qualidade da política local fica diminuída porque os incentivos para políticos qualificados e honestos se candidatarem e ganharem eleições são reduzidos.¹²¹ A violência pode reduzir a capacidade de gasto dos governos locais em comunidades vulneráveis ao desacelerar o crescimento da economia ou desviar os recursos necessários para o fornecimento de bens públicos para o combate ao crime. Pode piorar a qualidade das instituições locais diretamente ao modificar as atividades políticas por meio da ameaça de assassinato político, a erosão da confiança do cidadão, a supressão de demandas por transparência e responsabilidade, a subversão do sistema de justiça e a implementação de soluções extralegais de conflitos.

Em última análise, a combinação desses fatores significa que os países da ALC que sofrem violência substancial e frequente lutarão persistentemente para desenvolver um ambiente político saudável e consolidar a democracia. A inclusão política é interrompida à medida que as elites tradicionais preservam ou estendem a sua influência, enquanto os menos abastados perdem os incentivos para participar, exigem menos da democracia e do Estado de Direito e enfrentam maiores adversidades devido à proteção enfraquecida dos direitos. O Destaque 7 ressalta a importância de uma maior participação das mulheres na liderança política como uma condição necessária para democracias mais fortes e inclusivas na região.

¹¹⁸ Chevigny (2003); Soares e Naritomi (2010).

¹¹⁹ Muggah (2019).

¹²⁰ O'Donnell (1993).

¹²¹ Arjona, Chacon e Garcia (2020).

4.4. A violência está ligada à desigualdade, mas também à produtividade

A violência reduz e distorce o investimento

A violência e o crime podem contribuir para o baixo crescimento da produtividade na ALC. Um canal pelo qual isso pode ocorrer é o declínio do investimento gerado pela maior incerteza sobre os direitos de propriedade e o estado de direito que acompanham o crime e a violência. A atividade criminosa pode ser interpretada como um imposto oculto para todos os participantes da economia. Pode assustar investidores domésticos ou estrangeiros diretos, tornar as empresas menos competitivas e distorcer a alocação de recursos porque eleva a incerteza e a ineficiência.¹²² As reduções no crescimento causadas por reduções no investimento privado também podem ter origem na corrupção, que tem o efeito adicional de impedir a tradução da estabilidade econômica em melhor poder de compra e melhores condições de vida entre os mais afetados pela drenagem de recursos.¹²³ A corrupção também pode modificar a composição do investimento estrangeiro direto, pois os investidores podem evitar colocar os seus recursos em um país ou preferir se associar a parceiros locais para obter conhecimento sobre como lidar com a burocracia se a corrupção não for proibitiva.¹²⁴

Estudos descobriram que, na ALC, o crime rompe redes e laços entre parentes, amigos e parceiros de negócios, especialmente na presença de migração, mas também que não há efeito significativo da vitimização na confiança nas instituições informais do setor privado — incorporadas em redes de negócios.¹²⁵ O impacto econômico do crime depende muito da vulnerabilidade de um país à violência e da magnitude da destruição que a violência causa, que determinam a gravidade dos obstáculos ao crescimento econômico e ao desempenho, como pode ser visto em evidências recentes na Guatemala.¹²⁶ Da mesma forma, homicídio e roubo provaram ser particularmente vigorosos em desincentivar o investimento estrangeiro direto em estados mexicanos entre 2005 e 2015, afetando especialmente aqueles estados com os mais altos níveis de violência.¹²⁷ Estudos que não restringem o seu escopo exclusivamente à região determinaram que o investimento estrangeiro direto, que é considerado um fluxo financeiro essencial para impulsionar os esforços dos países em desenvolvimento para superar os obstáculos ao desenvolvimento, é desencorajado pelo crime violento.¹²⁸

¹²² Detotto e Otranto (2010).

¹²³ Arcia (2012).

¹²⁴ Gaviria (2002).

¹²⁵ Corbacho, Philipp e Ruiz-Vega (2012).

¹²⁶ Ruiz-Estrada e Ndoma (2014).

¹²⁷ Cabral, Mollick e Saucedo (2018).

¹²⁸ Brown e Hibbert (2017).

Os elevados custos da atividade criminosa significativa nas sociedades latino-americanas, especialmente aqueles custos associados a mudanças comportamentais, reduções de investimentos, perdas de produtividade e mudanças na alocação de recursos do governo, foram considerados uma resposta às tentativas de reduzir o risco de vitimização.¹²⁹ As empresas podem evitar buscar alternativas de crescimento e oportunidades de mercado para diminuir a sua visibilidade e exposição a agressões violentas.¹³⁰ No entanto, as evidências na Colômbia sugerem que pode haver quedas no investimento como resultado de sequestros relacionados a empresas, enquanto a violência que não visa especificamente funcionários corporativos não possui uma relação estatística com tais reduções.¹³¹ Esses resultados sugerem que as mudanças no investimento corporativo não parecem refletir uma expectativa de queda na demanda, uma deterioração nas classificações de crédito financeiro ou aumentos nos custos administrativos, mas são resultado de um medo associado com a ameaça à segurança pessoal da equipe corporativa.

A violência afeta a formação de capital humano e, portanto, a produtividade

Com base nas discussões sobre os efeitos da violência na educação, saúde e renda, o crime e a vitimização também podem explicar a desaceleração do crescimento econômico, já que as vítimas costumam ver a sua capacidade de geração de renda, aprendizado ou produtividade do trabalho comprometida. Isso é especialmente verdadeiro entre mulheres, crianças e minorias, cujas perspectivas e aspirações econômicas podem ser severamente transformadas por experiências traumáticas relacionadas à violência. As mulheres vítimas de violência podem, portanto, enfrentar desafios adicionais no mercado de trabalho por causa dos desafios de saúde mental, e as crianças vítimas de violência podem enfrentar piores perspectivas de emprego futuro devido aos impactos adversos da violência nas trajetórias educacionais. Refugiados e deslocados à força que romperam os seus laços econômicos e estabilidade podem encontrar dificuldades para se adaptar a novos contextos produtivos e manter compromissos de trabalho estáveis.

Estudos anteriores liderados pelo PNUD concluíram que os anos perdidos na expectativa de vida por causa do excesso de homicídios na América Latina durante 2009 representaram o equivalente a 0,5% do PIB per capita da região naquele ano.¹³² Somados, esses efeitos da violência sobre a produtividade individual significam que as sociedades e os países estão renunciando ao potencial produtivo de uma parcela

¹²⁹ Jaitman (2017).

¹³⁰ PNUD (2013).

¹³¹ Pshisva e Suarez (2010).

¹³² PNUD (2013).

significativa da população e enfrentando graves contrações na acumulação de capital humano.

A violência também pode enfraquecer o Estado e as capacidades produtivas, tornando-os mais vulneráveis ao comportamento de busca de renda e à corrupção. A busca de renda por atores econômicos poderosos que leva a perdas de bem-estar entre os menos poderosos é mais provável em contextos de alta desigualdade e ambientes nos quais a influência das elites sobre as políticas e leis é excessiva.¹³³ Expansões na corrupção são normalmente acompanhadas por declínios no crescimento porque a corrupção desestimula o investimento estrangeiro e doméstico, elimina incentivos à inovação, aumenta a incerteza, leva à má alocação de capital humano e aumenta os custos operacionais das empresas.¹³⁴ A corrupção tende a se espalhar mais à medida que aumenta a instabilidade política. Em tais situações, políticos e burocratas tendem a abandonar o seu senso de responsabilidade e têm maiores incentivos para extrair rendas econômicas. A expansão das plantações ilícitas na Colômbia causou graves aumentos no crime e na violência. Isso reduziu estruturalmente o crescimento econômico por meio do declínio na produtividade total dos fatores, que resultou da infraestrutura social danificada, e incentivou atividades predatórias e menos produtivas de busca de renda com baixas contribuições para a produção.¹³⁵ A corrupção e o crime podem também reduzir a competitividade das empresas por meio de reduções substanciais nas vendas.¹³⁶

A violência leva ao esgotamento do capital físico e natural

Tanto direta quanto indiretamente, atos de violência podem obstruir a acumulação de capital ou reduzir os estoques existentes de capital. Os crimes que visam explicitamente destruir ou tomar o controle de ativos ou outras propriedades representam talvez o caso mais evidente de esgotamento de capital. Violência dirigida ao capital natural - como a contaminação da água devido à mineração ilegal, destruição de oleodutos ou apreensão de combustíveis fósseis, desmatamento visando limpar terras para que grupos poderosos possam introduzir esquemas de produção com muitos recursos (monocultura, pecuária extensiva, plantações ilícitas) e as perdas de biodiversidade associadas a confrontos violentos em grande escala - é especialmente prejudicial. Ela cria custos implícitos na sociedade ao exaurir ineficientemente os recursos atuais e priva as gerações futuras da oportunidade de fazer uso desses recursos. A violência contra comunidades étnicas que, ao longo dos séculos, estabeleceram sistemas

¹³³ Arcia (2012).

¹³⁴ Gaviria (2002).

¹³⁵ Cárdenas e Rozo (2008).

¹³⁶ Gaviria (2002).

alternativos de assentamento e conservação em territórios ecologicamente ricos pode ameaçar a manutenção desse capital natural para as gerações futuras. Vários estudos documentaram o impacto positivo desses arranjos indígenas na redução do desmatamento.¹³⁷ O Destaque 8 ressalta as conquistas e os desafios de políticas recentes para lidar com as mudanças climáticas por meio da redução das emissões do desmatamento e da degradação florestal em países da região, assim como o potencial de programas baseados em incentivos para enfrentar esta questão.

Os efeitos macroeconômicos da violência manifestam-se em perdas de produtividade potencial e no esgotamento dos recursos necessários para combater e mitigar a violência, mas que poderiam ter sido direcionados a outros usos produtivos (ver seção 4.3). Os setores público e privado são confrontados com o dilema entre reservar recursos econômicos para limitar a exposição ao crime e à violência e evitar efetivamente a vitimização. Os benefícios decorrentes do combate e mitigação da violência geralmente superam os custos. No entanto, é imperativo que as nações avaliem como essa análise de custo-benefício pode ser adaptada e refletida as suas respectivas estratégias, principalmente se envolverem parcelas consideráveis do PIB, como é o caso de alguns países da ALC. Os custos de prevenção e punição do crime, que incluem custos de saúde devido a homicídios e lesões, perdas decorrentes de crimes contra a propriedade, corrupção e gastos públicos com processos, serviços prisionais e reabilitação, são estimados em 1,04% do PIB da Costa Rica em 2010, 1,21% do PIB do Chile, 2,27% do PIB do Uruguai, 2,53% do PIB de Honduras e 2,45% do PIB do Paraguai.¹³⁸ A vitimização foi estimada em 1,18% do PIB do Uruguai, 1,47% na Costa Rica, 2,11% no Chile, 6,36% no Paraguai e 8,01% em Honduras. Embora esses custos econômicos da violência possam ser estimados, é impossível quantificar o verdadeiro custo humano da violência ou o trauma de longo prazo que a violência pode perpetuar no futuro.

4.5. O combate à violência é um caminho para o estabelecimento de sociedades mais igualitárias e produtivas

Este capítulo destaca o papel da violência como um fator subjacente que impulsiona a armadilha de alta desigualdade e baixo crescimento na região. Ele explora os padrões da violência criminal, política, social e doméstica significativa na região e

¹³⁷ Vélez et al. (2020); Romero e Saavedra (2021).

¹³⁸ Aboal et al. (2016).

ilustra como a persistência dessa violência é um resultado e contribui para a dupla armadilha na ALC. Este círculo vicioso de violência, desigualdade e crescimento lento oferece um horizonte sombrio para soluções de políticas, especialmente dados os atuais reveses que se esperam resultar das contínuas crises econômicas e de saúde pública induzidas pela Covid-19.

No entanto, o progresso é possível, embora só seja alcançado se as políticas adotadas abordarem os desequilíbrios de poder subjacentes entre os atores para promover condições nas quais os conflitos possam ser resolvidos por meio de mecanismos pacíficos em vez de violentos. Embora não haja uma solução política única que funcione para lidar com a violência, a caixa 4.6 destaca algumas áreas prioritárias que podem ser mais ou menos relevantes dependendo do contexto. Se esses problemas forem enfrentados com sucesso, o progresso no combate à violência pode abrir caminho para sociedades mais igualitárias, produtivas e pacíficas.

Caixa 4.6: Algumas áreas de política prioritária para o combate à violência

Estabelecer sistemas judiciários mais independentes e eficazes

Estabelecer sistemas judiciais independentes e eficazes, capazes de salvaguardar os direitos humanos, facilitar o acesso à justiça para todos sem discriminação e fornecer serviços transparentes e objetivos é a chave para combater a violência de forma eficaz. Ao não permitir que crimes fiquem impunes e evitar revitimização, o sistema de justiça tornaria a prática de crimes mais onerosa. Esses sistemas devem responder adequadamente a necessidades diferenciadas, por exemplo, desenvolvendo a capacidade de enfrentar a violência contra mulheres, população LGBTQ+ e grupos étnicos por meio de uma classificação mais detalhada de crimes dentro das estruturas legais e por meio de treinamento de sensibilidade entre funcionários públicos. Os sistemas de justiça requerem maior capacidade governamental, bem como legitimidade social, para serem eficazes. Apoiar organizações da sociedade civil, uma imprensa livre e ativa e pesquisas sociais que visam reunir informações, gerar conhecimento e informar o público sobre a realidade da violência e a importância de soluções institucionalizadas é essencial para que a sociedade apoie e defenda o trabalho do sistema de justiça.

Considerar novas abordagens para lidar com o comércio ilícito

Na ALC, o comércio ilícito é uma das principais causas da violência e do crescimento

de poderosas organizações criminosas, que aumentam a desigualdade em várias áreas críticas do desenvolvimento. Contemplar a descriminalização e legalização de substâncias controladas pode ajudar a ALC a dar um passo adiante na luta contra o crime, a violência, os abusos aos direitos humanos e a corrupção, ao mesmo tempo que facilita a construção nacional e a governança efetiva, a consolidação democrática e a justiça ambiental. Para atender aos objetivos de sustentabilidade, as mudanças na regulamentação também devem visar a enfrentar a mineração ilegal, o desmatamento e a especulação de terras, que são outra fonte de violência sob o manejo de organizações ilegais e que são acompanhados por uma grave degradação ambiental e problemas de saúde pública.

Capacitar economicamente grupos marginalizados

Como mostra este capítulo, a marginalização econômica pode tornar as pessoas ainda mais vulneráveis à violência. No contexto da violência doméstica, por exemplo, promover o empoderamento econômico das mulheres é essencial para reduzir as situações de dependência que podem fomentar a violência. Isso exigiria ações em várias frentes, incluindo o reconhecimento do trabalho envolvido no cuidado não remunerado e no trabalho doméstico e a redução e redistribuição por meio, entre outras coisas, de maior acesso aos serviços de cuidado. Na mesma linha, os governos devem trabalhar em conjunto com as escolas para identificar precocemente o abuso infantil e educar os pais e as comunidades sobre a desconstrução dos estereótipos de gênero que podem reforçar a desigualdade e a violência. As ações políticas voltadas para as barreiras econômicas específicas que adolescentes, minorias étnicas, populações LGBT+ e outros enfrentam serão críticas para identificar caminhos sustentáveis para sair da violência e apoiar o bem-estar e a dignidade humana de todos.

Ampliar os cuidados de saúde mental para as vítimas de violência

O trauma induzido pela violência transcende a dimensão puramente psicológica. Ele bloqueia oportunidades, prejudica redes e destrói aspirações. Impede que as vítimas atinjam os seus objetivos, superem os desafios que enfrentam e compartilhem ativamente os benefícios da participação econômica, social e política. A prestação de serviços de saúde e as iniciativas dirigidas às vítimas devem reconhecer a importância da saúde mental na reparação integral dos aflitos.

Investir em capital social para reformar a política local

Quando as vozes dos poderosos abafam as vozes dos desfavorecidos, a violência leva à deterioração do tecido social e da governança democrática. Para reformar os cenários políticos locais, os investimentos em capital social devem ser direcionados a restabelecer a confiança social e da cooperação entre as vítimas e comunidades empobrecidas e a estimular a ação coletiva. Há grandes lições a serem aprendidas com as lutas das populações indígenas em toda a região, especialmente na América Central e do Sul, para proteger as suas terras com base no seu capital social e motivadas pelas suas riquezas naturais.

Construir capacidade estatística para dados sobre violência

Em muitos países, a capacidade estatística para medir, diagnosticar e analisar a violência na região é limitada. Os sistemas estatísticos costumam apresentar falhas na periodicidade da coleta e na desagregação dos dados, falta de critérios uniformes na coleta e classificação de dados entre as agências, falta de independência e transparência ou estão sujeitos a manuseio político incorreto. Sem dados precisos sobre violência, os governos correm o risco de não conseguir elaborar e direcionar respostas políticas adequadas. A coleta de melhores dados sobre a violência na região exigirá um grande esforço colaborativo envolvendo atores de todos os setores da sociedade e em vários níveis, incluindo organizações multilaterais que podem promover a colaboração entre países em iniciativas de coleta de dados.

Referências

- Aboal, Diego, Bibiana Lanzilotta, Magdalena Dominguez, e Maren Vairo. 2016. "The Cost of Crime and Violence in Five Latin American Countries". *European Journal on Criminal Policy and Research*, 22 (4): 689-711.
- Acemoglu, Daron, Simon Johnson, and James A. Robinson. 2001. "The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation". *American Economic Review*, 91 (5): 1369-1401.
- Acemoglu, Daron, James A. Robinson e Rafael J. Santos. 2013. "The Monopoly of Violence: Evidence from Colombia". *Journal of the European Economic Association*, 11 (suplemento 1), 5–44.
- ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) 2018. "Global Trends: Forced Displacement in 2017". Junho 25, ACNUR, Genebra. <https://www.unhcr.org/5b27be547.pdf>.
- Albarracín, Juan. 2018. "Criminalized Electoral Politics in Brazilian Urban Peripheries". *Crime, Law and Social Change*, 69 (4): 553-575.
- Altamirano, Melina, Sarah Berens e Sandra Ley. 2020. "The Welfare State amid Crime: How Victimization and Perceptions of Insecurity Affect Social Policy Preferences in Latin America and the Caribbean". *Politics and Society*, 48 (3): 389-422.
- AMAP (Programa de Monitoramento e Avaliação do Ártico) e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). 2019. *Technical Background Report to the Global Mercury Assessment 2018*. Tromsø, Noruega: Fram Centre, Secretaria do AMAP; Genebra: Seção de Químicos e Resíduos, Divisão de Economia, PNUMA.
- Anistia Internacional. 2016. "Brazil: Police Killings, Impunity, and Attacks on Defenders". Submissão de Anistia Internacional à Revista Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, 27ª sessão, Grupo de Trabalho da RPU, Genebra, 1–12 de maio de 2017.
- Anistia Internacional. 2019. "Annual Report 2019: Human Rights in the Americas, Review of 2019". Fevereiro, Anistia Internacional, Londres. <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR0113532020ENGLISH.PDF>.
- Amodio, Francesco. 2019. "Crime Protection Investment Spillovers: Theory and Evidence from the City of Buenos Aires". *Journal of Economic Behavior and Organization*, 159 (março): 626-649.
- Arcia, Gustavo. 2012. "The Evolution of Violence: Economic Development and Intergroup Conflict in Guatemala, El Salvador, and Costa Rica". Em *Economic Development Strategies and the Evolution of Violence in Latin America*, ed. William Ascher e Natalia S. Mirovitskaya, 71–93. Politics, Economics, and Inclusive Development Series. Nova York: Palgrave Macmillan.
- Arias, Enrique Desmond. 2017. *Criminal Enterprises and Governance in Latin America and the Caribbean*. Nova York: Editora da Universidade de Cambridge.
- Arjona, Ana M. 2016. *Rebelocracy: Social Order in the Colombian Civil War*. Cambridge Studies in Comparative Politics Series. Nova York: Editora da Universidade de Cambridge.
- Arjona, Ana M. 2021. "The Effects of Violence on Inequality in Latin America and the Caribbean: A Research Agenda".
- Documento de Trabalho PNUD ALC, 12, 2021, Documento de Base para o *Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e no Caribe 2021*, PNUD ALC, Nova York.
- Arjona, Ana M., M. Chacon e L. Garcia. 2020. "The Impact of Selective Violence on Political Participation: Evidence from Colombia". Artigo.
- Arjona, Ana M. e Stathis N. Kalyvas. 2012. "Recruitment into Armed Groups in Colombia: A Survey of Demobilized Fighters". Em *Understanding Collective Political Violence*, ed. Yvan Guichaoua, 143–171. Conflict, Inequality and Ethnicity Series. Houndsmills, Basingstoke, Reino Unido: Palgrave Macmillan.

- Arjona, Ana M., Nelson Kasfir e Zachariah C. Mampilly. 2015. *Rebel Governance in Civil War*. Nova York: Editora da Universidade de Cambridge.
- Arnsten, Amy F. T. 2009. "Stress Signalling Pathways That Impair Prefrontal Cortex Structure and Function". *Nature Reviews Neuroscience*, 10 (6): 410-422.
- Ávila, Keymer. 2018. "¿Cómo analizar las actuales cifras delictivas en Venezuela?" *Anistia Internacional Venezuela* (blog), 15 de março de 2018, <https://www.amnistia.org/en/blog/2018/03/5292/como-analizar-las-actuales-cifras-delictivas-en-venezuela>.
- Balzer, Carsten e Jan Simon Hutter. 2012. *Transrespect versus Transphobia Worldwide: A Comparative Review of the Human-Rights Situation of Gender-Variant/Trans People*. With Tamara Adrián, Peter Hyndal e Susan Stryker. TvT Publication Series, 6 (novembro). Berlim TGEU, Transgender Europe. https://transrespect.org/wp-content/uploads/2015/08/TvT_research-report.pdf.
- Banco Mundial. 2004. *The Road to Sustained Growth in Jamaica*. Relatório 29101. World Bank Country Study Series. Washington D.C.: Banco Mundial.
- Bateson, Regina. 2012. "Crime Victimization and Political Participation". *American Political Science Review*, 106 (3): 570-587.
- Bauer, Michal, Christopher Blattman, Julie Chytilová, Joseph Henrich, Edward Miguel e Tamar Mitts. 2016. "Can War Foster Cooperation?" *Journal of Economic Perspectives*, 30 (3), 249–74.
- BCCC (Centro de Coordenação de Convenção da Basileia), SCRC (Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a América Latina e o Caribe) e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). 2014. "The Minamata Convention on Mercury and Its Implementation in the Latin America and Caribbean Region". Abril, BCCC e SCRC, Montevideu, Uruguai; Escritório Regional para a América Latina e o Caribe, PNUM, Cidade do Panamá, Panamá.
- Becker, Gary S. 1968. "Crime and Punishment: An Economic Approach". *Journal of Political Economy*, 76 (2): 169-217. Berens, Sarah e Mirko Dallendörfer. 2019. "Apathy or Anger? How Crime Experience Affects Individual Vote Intention in Latin America and the Caribbean". *Political Studies*, 67 (4): 1010-1033.
- Bergmann, Adrian, Andrés Ruiz Ojeda, Carlos Silva Forné, Catalina Pérez Correa, David Marques, Hugo Acero Velasquez, Ignacio Cano, et al. 2019. *Monitor del uso de la fuerza letal en América Latina: Un estudio comparativo de Brasil, Colombia, El Salvador, México y Venezuela (2019)*. Aguascalientes, México: Centro de Investigación e Docência Econômicas. <http://www.monitorfuerzaletal.com/app/vVWScwZQSEq1SdVvDsEEXThKR96xKWrdzVuDC61.pdf>.
- Blanco, Luisa e Isabel Ruiz. 2013. "The Impact of Crime and Insecurity on Trust in Democracy and Institutions". *American Economic Review*, 103 (3): 284-288.
- Bott, Sarah, Alessandra Guedes, Ana Paola Ruiz-Celis e Jennifer Adams Mendoza. 2019. "Intimate Partner Violence in the Americas: A Systematic Review and Reanalysis of National Prevalence Estimates". *Pan American Journal of Public Health*, 43 (20 de março): e26.
- Bourguignon, François J., Jairo Nuñez e Fabio José Sanchez Torres. 2003. "A Structural Model of Crime and Inequality in Colombia". *Journal of the European Economic Association*, 1 (2–3): 440-449.
- Brown, Leonor e Keva Hibbert. 2017. "The Effect of Crime on Foreign Direct Investment: A Multi-Country Panel Data Analysis". *Journal of Developing Areas*, 51 (1): 295-307.
- BSS (Serviço de Estatística de Barbados). 2014. *Barbados Multiple Indicator Cluster Survey 2012: Final Report*. Setembro. Bridgetown, Barbados: BSS.
- Buonanno, Paulo e Juan F. Vargas. 2019. "Inequality, Crime, and the Long-Run Legacy of Slavery". *Journal of Economic Behavior and Organization*, 159 (março): 539-552.

- Burdick-Will, Julia, Jens Ludwig, Stephen W. Raudenbush, Robert J. Sampson, Lisa Sanbonmatsu e Patrick Sharkey. 2011. "Converging Evidence for Neighborhood Effects on Children's Test Scores: An Experimental, Quasi-Experimental, and Observational Comparison". Em *Whither Opportunity? Rising Inequality, Schools, and Children's Life Chances*, ed. Greg J. Duncan e Richard J. Murnane, 255–276. Chicago: Spencer Foundation; Nova York: Russell Sage Foundation.
- Cabral, René, André Varela Mollick e Eduardo Saucedo. 2018. "Foreign Direct Investment in Mexico, Crime, and Economic Forces". *Contemporary Economic Policy*, 37 (1): 68-85.
- CAF (Corporação Andina de Fomento, Banco de Desenvolvimento da América Latina) e FIA Foundation. 2018. *Ella Se Mueve Segura: A Study on Women's Personal Safety in Public Transport in Three Latin American Cities*. Caracas: CAF e FIA Foundation. <https://www.fiafoundation.org/media/597611/esms-toolkit-20181219-en.pdf>.
- Cárdenas, Mauricio e Sandra Rozo. 2008. "Does Crime Lower Growth: Evidence from Colombia". Documento de Trabalho da Comissão sobre Crescimento e Desenvolvimento 30, Banco Mundial, Washington D.C.
- Carreras, Miguel. 2013. "The Impact of Criminal Violence on Regime Legitimacy in Latin America". *Latin American Research Review*, 48 (3): 85-107.
- Carroll, Leah Anne. 2011. *Violent Democratization: Social Movements, Elites, and Politics in Colombia's Rural War Zones, 1984–2008*. Kellogg Institute Series on Democracy and Development. Notre Dame, IN: Editora da Universidade de Notre Dame.
- Castillo Muñoz, Jerónimo, Manuela Suárez Rueda e Hugo Acero Velásquez. 2019. "Colombia". Em *Monitor del uso de la fuerza letal en América Latina: Un estudio comparativo de Brasil, Colombia, El Salvador, México y Venezuela (2019)*, ed. Adrian Bergmann, Andrés Ruiz Ojeda, Carlos Silva Forné, Catalina Pérez Correa, David Marques, Hugo Acero Velasquez, Ignacio Cano, et al., 42–79. Aguascalientes, México: Centro de Investigación e Docência Econômicas.
- Cederman, Lars-Erik e Manuel Vogt. 2017. "Dynamics and Logics of Civil War". *Journal of Conflict Resolution*, 61 (9): 1992-2016.
- Ceobanu, Alin M., Charles H. Wood e Ludmila Ribeiro. 2011. "Crime Victimization and Public Support for Democracy: Evidence from Latin America". *International Journal of Public Opinion Research*, 23 (1): 56-78.
- Cerqueira, Daniel, Samira Bueno, Renato Sergio de Lima, Cristina Neme, Helder Ferreira, Paloma Palmieri Alves, David Marques, et al. 2019. *Atlas da Violência 2019*. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Chainey, Spencer e Robert Muggah. 2020. "Homicide Concentration and Retaliatory Homicide Near Repeats: An Examination in a Latin American Urban Setting". *Police Journal: Theory, Practice and Principles*. Publicado antes da impressão, 14 de dezembro de 2020. <https://doi.org/10.1177/0032258X20980503>.
- Chevigny, Paul. 2003. "The Populism of Fear: Politics of Crime in the Americas". *Punishment and Society*, 5 (1): 77-96.
- Chioda, Laura. 2017. *Stop the Violence in Latin America: A Look at Prevention from Cradle to Adulthood*. Latin American Development Forum Series. Washington D.C.: Banco Mundial.
- Choi, Soon Kyu, Shahrzad Divsalar, Jennifer Flórez-Donado, Krystal Kittle, Andy Lin, Ilan H. Meyer e Prince Torres-Salazar. 2020. *Stress, Health, and Well-Being of LGBT People in Colombia: Results from a National Survey*. Projeto Colaborativo Colômbia (abril). Los Angeles: Instituto Williams, Escola de Direito, Universidade da Califórnia, Los Angeles, Los Angeles.
- CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos). 2015. *Violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Persons in the Americas*. Documento OAS/Ser.L/V/II.rev.1 Doc. 36 (12 de novembro). Washington D.C.: CIDH, Organização dos Estados Americanos

- Clark, David H. e Patrick M. Regan. 2016. “Mass Mobilization Protest Data”. Harvard Dataverse V5, Universidade de Harvard, Cambridge, MA. <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/HTTWYL>.
- Collier, Paul, V. L. Elliott, Håvard Hegre, Anke Hoeffler, Marta Reynal-Querol e Nicholas Sambanis. 2003. *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*. World Bank Policy Research Report Series. Washington D.C.: Banco Mundial; Nova York: Editora da Universidade de Oxford.
- Colombia Diversa. 2016. *Cuerpos excluidos, rostros de impunidad: Informe de violencia hacia personas LGBT en Colombia 2015*. Bogotá, Colômbia: Colombia Diversa, Caribe Afirmativo e Santamaría Fundación.
- Corbacho, Ana, Julia Philipp e Mauricio Ruiz-Vega. 2012. “Crime and Erosion of Trust: Evidence for Latin America”. Documento de Trabalho BID, DB-WP-344 (agosto), Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington D.C.
- Córdova, Abby. 2019. “Living in Gang-Controlled Neighborhoods: Impacts on Electoral and Nonelectoral Participation in El Salvador”. *Latin American Research Review*, 54 (1): 201.
- Corvalan, Alejandro e Matteo Pazzona. 2019. “The Ambiguous Effects of Inequality: The Case of Crime”. Paper apresentado no 24º Encontro Anual da Associação Econômica da América Latina e Caribe e 32º Encontro Latino-Americano da Sociedade de Econometria, Puebla, México, 7–9 de novembro de 2019.
- CRS (Serviço de Pesquisa Congressional). 2019. “Central American Migration: Root Causes and U.S. Policy”. Em Focus, 27 de março, CRS. Washington D.C.
- Cruz, José Miguel. 2009. “Police Abuse in Latin America”. *AmericasBarometer Insights*, 11, Projeto Latino-Americano de Opinião Pública, Universidade Vanderbilt, Nashville.
- Cruz, José Miguel e Gema Kloppe-Santamaría. 2019. “Determinants of Support for Extralegal Violence in Latin America and the Caribbean”. *Latin American Research Review*, 54 (1): 50-68.
- Cuartas, Jorge Armando, Arturo Harker e Andrés Moya. 2016. “Parenting, Scarcity, and Violence: Theory and Evidence for Colombia”. Documento CEDE, 38 (dezembro), Centro para Estudos de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Economia, Universidade dos Andes, Bogotá, Colômbia.
- CVR (Comissão da Verdade e da Reconciliação). 2003. *Informe final de la comisión de la verdad y reconciliación*. November. Lima, Peru: CVR. <https://www.cverdad.org.pe/ifinal/>.
- Demombynes, Gabriel e Berk Özler. 2005. “Crime and Local Inequality in South Africa”. *Journal of Development Economics*, 76 (2): 265-292.
- Detotto, Claudio e Edoardo Otranto. 2010. “Does Crime Affect Economic Growth?” *KYKLOS*, 63 (3): 330-345. Diamint, Rut. 2015. “A New Militarism in Latin America”. *Journal of Democracy*, 26 (4): 155-168.
- Díaz Nosty, Bernardo e Ruth A. de Frutos García. 2017. “Murders, Harassment, and Disappearances: The Reality of Latin American Journalists in the XXI Century”. *Revista Latina de Comunicación Social* 72: 1418-1434.
- Di Tella, Rafael, Sebastián Galiani e Ernesto Schargrodsky. 2010. “Crime Inequality and Victim Behavior during a Crime Wave”. Em *The Economics of Crime: Lessons for and from Latin America*, ed. Rafael Di Tella, Sebastian Edwards e Ernesto Schargrodsky, 175–206. National Bureau of Economic Research Conference Report Series. Cambridge, MA: Agência Nacional de Pesquisa Econômica; Chicago: Editora da Universidade de Chicago.
- Doran, Maire-Christine. 2017. “The Hidden Face of Violence in Latin America: Assessing the Criminalization of Protest in Comparative Perspective”. *Latin American Perspectives*, 44 (5): 183-206.
- CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) 2017. “Situación de las personas afrodescendientes en América Latina y desafíos de políticas para la garantía de sus derechos”. CEPAL, Santiago, Chile.

- CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe) 2018. “Mujeres afrodescendientes en América Latina y el Caribe: Deudas de igualdad”. Documento de Projetos (julho), CEPAL, Santiago, Chile.
- Ehrlich, Isaac. 1973. “Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation”. *Journal of Political Economy*, 81 (3): 521-565.
- Ellsberg, Mary Carroll, Rodolfo Peña, Andrés Herrera, Jerker Liljestrand e Anna Winkvist. 2000. “Candies in Hell: Women’s Experiences of Violence in Nicaragua”. *Social Science and Medicine*, 51 (11): 1595-1610.
- Enamorado, Ted, Luis F. López-Calva, Carlos Rodríguez-Castelán e Hernán Jorge Winkler. 2016. “Income Inequality and Violent Crime: Evidence from Mexico’s Drug War”. *Journal of Development Economics*, 120 (May): 128-143.
- Fajnzylber, Pablo, Daniel Lederman e Norman V. Loayza. 2002. “What Causes Violent Crime?” *European Economic Review*, 46 (7): 1323-1357.
- Fearon, James D. e Anke Hoeffler. 2014. “Benefits and Costs of the Conflict and Violence Targets for the Post-2015 Development Agenda: Post-2015 Consensus”. Documento de Avaliação de Conflito e Violência (22 de agosto), Centro de Consenso de Copenhagen, Tewksbury, MA.
- Fernández-Shaw, José Luis. 2019. “Los datos de la violencia en Venezuela: en búsqueda de la transparencia metodológica para la formulación de políticas públicas efectivas en la reducción de víctimas de muertes y homicidios”. Seguridad Ciudadana, Anistia Internacional Venezuela, Caracas, Venezuela. https://www.amnistia.org/media/5000/ai_sc_librillo4.pdf.
- Flake, Dallan F. e Renata Forste. 2006. “Fighting Families: Family Characteristics Associated with Domestic Violence in Five Latin American Countries”. *Journal of Family Violence*, 21 (1): 19-29.
- Flores-Macías, Gustavo A. e Jessica Zarkin. 2019. “The Militarization of Law Enforcement: Evidence from Latin America”. *Perspectives on Politics*, 27 de dezembro. <https://doi.org/10.1017/S1537592719003906>.
- Front Line. 2020. “Front Line Defenders Global Analysis 2019”. Front Line, Blackrock, Irlanda.
- Galiani, Sebastián, Laura Jaitman e Federico Weinschelbaum. 2020. “Crime and Durable Goods”. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 173 (maio): 146-163.
- Gallego, Jorge A. 2018. “Civil Conflict and Voting Behavior: Evidence from Colombia”. *Conflict Management and Peace Science*, 35 (6): 601-621.
- García, Emma. 2014. “The Need to Address Noncognitive Skills in the Education Policy Agenda”. Documento de Briefing EPI, 386 (2 de dezembro), Instituto de Política Econômica, Washington D.C.
- Gaviria, Alejandro. 2002. “Assessing the Effects of Corruption and Crime on Firm Performance: Evidence from Latin America”. *Emerging Markets Review*, 3 (3): 245-268.
- Gaviria, Alejandro e Carmen Pagés. 2002. “Patterns of Crime Victimization in Latin American Cities”. *Journal of Development Economics*, 67 (1): 181-203.
- Secretaria da Declaração de Genebra. 2011. *Global Burden of Armed Violence 2011: Lethal Encounters*. Genebra: Secretaria da Declaração de Genebra; Cambridge, Reino Unido: Editora da Universidade de Cambridge.
- Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional. 2016. *Organized Crime and Illegally Mined Gold in Latin America*. Abril, Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional, Genebra.
- GMH (Grupo de Memória Histórica da Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação). 2013. *¡Basta Ya! Colombia: Memórias de guerra y dignidad*. Bogotá, Colômbia: Centro Nacional de Memória Histórica.

- González, Yanilda. 2019. "The Social Origins of Institutional Weakness and Change: Preferences, Power, and Police Reform in Latin America". *World Politics*, 71 (1): 44-87.
- GRISUL (Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global). 2018. "Pacha: Defending the Land; Extractivism, Conflicts, and Alternatives in Latin America and the Caribbean". GRISUL, Faculdade de Ciências Políticas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Gutiérrez-Romero, Roxana e Mónica Oviedo. 2017. "The Good, the Bad and the Ugly: The Socioeconomic Impact of Drug Cartels and Their Violence". *Journal of Economic Geography*, 18 (6): 1315-1338.
- Gutiérrez Sanín, Francisco, Tatiana Acevedo e Juan Manuel Viatela. 2007. "Violent Liberalism? State, Conflict and Political Regime in Colombia, 1930-2006: An Analytical Narrative on State-Making". Documento de Trabalho de Crisis States Research Centre, 19, Crisis States Research Centre, Instituto de Estudos do Desenvolvimento, Londres.
- Heckman, James J. e Yona Rubinstein. 2001. "The Importance of Noncognitive Skills: Lessons from the GED Testing Program". *American Economic Review*, 91 (2): 145-149.
- Heckman James J., Jora Stixrud e Sergio S. Urzua. 2006. "The Effects of Cognitive and Noncognitive Abilities on Labor Market Outcomes and Social Behavior". *Journal of Labor Economics*, 24 (3): 411-482.
- Hillis, Susan, James Mercy, Adaugo Amobi e Howard Kress. 2016. "Global Prevalence of Past-Year Violence against Children: A Systematic Review and Minimum Estimates". *Pediatrics*, 137 (3): e20154079.
- Grupo de Crise Internacional. 2017. "Mafia of the Poor: Gang Violence and Extortion in Central America". Latin America Report, 62 (6 de abril), Grupo de Crise Internacional, Bruxelas.
- Grupo de Crise Internacional. 2020. "Leaders under Fire: Defending Colombia's Front Line of Peace". Relatório da América Latina, 82 (6 de outubro), Grupo de Crise Internacional, Bruxelas. <https://www.crisisgroup.org/latin-america-caribbean/andes/colombia/82-leaders-under-fire-defending-colombias-front-line-peace>.
- Iqbal, Zaryab. 2006. "Health and Human Security: The Public Health Impact of Violent Conflict". *International Studies Quarterly*, 50 (3): 631-649.
- Jaffe, Rivke. 2013. "The Hybrid State: Crime and Citizenship in Urban Jamaica". *American Ethnologist*, 40 (4): 734-748.
- Jaitman, Laura, ed. 2017. *The Costs of Crime and Violence: New Evidence and Insights in Latin America and the Caribbean*. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento
- Jordan, Carol E., Rebecca Campbell e Diane R. Follingstad. 2010. "Violence and Women's Mental Health: The Impact of Physical, Sexual, and Psychological Aggression". *Annual Review of Clinical Psychology*, 6 (April): 607-628.
- Kelly, Morgan. 2000. "Inequality and Crime". *Review of Economics and Statistics*, 82 (4): 530-539.
- Kornhauser, Ruth Rosner. 1978. *Social Sources of Delinquency: An Appraisal of Analytic Models*. Chicago: Editora da Universidade de Chicago.
- Krause, Krystin. 2014. "Supporting the Iron Fist: Crime News, Public Opinion, and Authoritarian Crime Control in Guatemala". *Latin American Politics and Society*, 56 (1): 98-119.
- Lagos, Marta e Lucía Dammert. 2012. "La Seguridad Ciudadana: El problema principal de América Latina". *Corporación Latinobarómetro*, 9 (May): 21-48.
- Lane, Jodi, Nicole E. Rader, Billy Henson, Bonnie S. Fisher e David C. May. 2014. *Fear of Crime in the United States: Causes, Consequences, and Contradictions*. Durham, NC: Editora Acadêmica Carolina
- Larrain, Soledad. 1993. "Estudio de frecuencia de la violencia intrafamiliar y la condición de la mujer Chilena". Organização Pan-Americana da Saúde, Santiago, Chile.

- Lederman, Daniel, Norman V. Loayza e Ana María Menéndez. 2002. "Violent Crime: Does Social Capital Matter?" *Economic Development and Cultural Change*, 50 (3): 509-539.
- Legrand, Diego. 2020. "Falsos positivos: crudos testimonios ante la JEP". *El Tiempo*, 17 de maio de 2020. <https://www.eltiempo.com/colombia/falsos-positivos-dos-crudos-testimonios-ante-la-jep-496344>.
- Lessing, Benjamin. 2018. *Making Peace in Drug Wars: Crackdowns and Cartels in Latin America*. Cambridge Studies in Comparative Politics Series. Cambridge, Reino Unido: Editora da Universidade de Cambridge.
- Lessing, Benjamin. 2020. "Conceptualizing Criminal Governance". *Perspectives on Politics*, 20 de julho, <https://doi.org/10.1017/S1537592720001243>.
- Ley, Sandra. 2018. "To Vote or Not to Vote: How Criminal Violence Shapes Electoral Participation". *Journal of Conflict Resolution*, 62 (9): 1963-1990.
- Loayza, Norman V. e Jamele Rigolini. 2016. "The Local Impact of Mining on Poverty and Inequality: Evidence from the Commodity Boom in Peru". *World Development*, 84 (August): 219-234.
- Machin, Stephen J e Costas Meghir. 2004. "Crime and Economic Incentives". *Journal of Human Resources*, 39 (4): 958-979.
- Magaloni, Beatriz, Gustavo Robles, Aila M. Matanock, Alberto Diaz-Cayeros e Vidal Romero. 2020. "Living in Fear: The Dynamics of Extortion in Mexico's Drug War". *Comparative Political Studies*, 53 (7): 1124-1174.
- Malone, Mary Fran T. 2010. "The Verdict Is In: The Impact of Crime on Public Trust in Central American Justice Systems". *Journal of Politics in Latin America*, 2 (3): 99-128.
- Mampilly, Zachariah C. 2011. *Rebel Rulers: Insurgent Governance and Civilian Life during War*. Ithaca, NY: Editora da Universidade Cornell.
- Marques, David, Ignacio Cano, Samira Bueno Nunes e Terine Husek. 2019. "Brasil". Em *Monitor del uso de la fuerza letal en América Latina: Un estudio comparativo de Brasil, Colombia, El Salvador, México y Venezuela (2019)*, ed. Adrian Bergmann, Andrés Ruiz Ojeda, Carlos Silva Forné, Catalina Pérez
- Martinez-Alier, Joan. 2021. "Mapping Ecological Distribution Conflicts: The EJAtlas". *Extractive Industries and Society*. Publicado antes da impressão, 23 de fevereiro de 2021. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2214790X21000289>.
- McLeod, Jane D. e Danielle L. Fettes. 2007. "Trajectories of Failure: The Educational Careers of Children with Mental Health Problems". *American Journal of Sociology*, 113 (3): 653-701.
- Mejía, Daniel e Pascual Restrepo. 2016. "Crime and Conspicuous Consumption". *Journal of Public Economics*, 135 (março): 1-14.
- Merton, Robert K. 1938. "Social Structure and Anomie". *American Sociological Review*, 3 (5): 672-682.
- Molano, Andres, Arturo Harker e Juan Camilo Cristancho. 2018. "Effects of Indirect Exposure to Homicide Events on Children's Mental Health: Evidence from Urban Settings in Colombia". *Journal of Youth and Adolescence*, 47 (10): 2060-2072.
- Moloney, Anastasia. 2019. "LGBT+ Murders at 'Alarming' Levels in Latin America — Study". *Everythingnews* (blog), 8 de agosto de 2019. <https://www.reuters.com/article/idUSL8N2525U7>.
- Molteno, Marion, Kimberly Ogadhoh, Emma Cain e Bridget Crumpton, eds. 1999. *Towards Responsive Schools: Case Studies from Save the Children*. Documento de Pesquisa em Educação, 38. Londres: Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido.

- Muggah, Robert. 2019. "Reviewing the Costs and Benefits of Mano Dura Versus Crime Prevention in the Americas". Em *The Palgrave Handbook of Contemporary International Political Economy*, ed. Timothy M. Shaw, Laura Mahrenbach, Renu Modi e Xu Yi-chong, 465–483. Palgrave Handbooks in IPE Series. Londres: Palgrave Macmillan.
- Muggah, Robert e Katherine Aguirre Tobón. 2018. "Citizen Security in Latin America: Facts and Figures". Documento Estratégico Instituto Igarapé 33 (abril), Instituto Igarapé, Rio de Janeiro.
- Muñoz Acebes, César. 2020. "Brazil Suffers Its Own Scourge of Police Brutality". *Americas Quarterly*, 3 de junho. <https://www.americasquarterly.org/article/brazil-suffers-its-own-scourge-of-police-brutality/>.
- Murnane, Richard J., John B. Willett, M. Jay Braatz e Yves Duhaldeborde. 2001. "Do Different Dimensions of Male High School Students' Skills Predict Labor Market Success a Decade Later? Evidence from the NLSY". *Economics of Education Review*, 20 (4): 311-320.
- NIMOS (Instituto Nacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Suriname), SBB (Fundação para a Gestão de Florestas e Controle da Produção) e UNIQUE. 2017. *Background Study for REDD+ in Suriname: Multi-Perspective Analysis of Drivers of Deforestation, Forest Degradation, and Barriers to REDD+ Activities*. Paramaribo, Suriname: NIMOS e SBB.
- Nsoesie, Elaine Okanyene, Antonio S. Lima Neto, Jonathan Jay, Hailun Wang, Kate Zinszer, Sudipta Saha, Adyasha Maharana, Fatima Marinho e Adauto Martins Soares Filho. 2020. "Mapping Disparities in Homicide Trends across Brazil: 2000-2014". *Injury Epidemiology*, 7 (1): 1-11.
- O'Donnell, Guillermo. 1993. "On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: A Latin American View with Glances at Some Postcommunist Countries". *World Development*, 21 (8): 1355-1369.
- OMS (Organização Mundial da Saúde), LSHTM (Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres) e SAMRC (Conselho de Pesquisa Médica da África do Sul). 2013. "Global and Regional Estimates of Violence against Women: Prevalence and Health Effects of Intimate Partner Violence and Non-Partner Sexual Violence." OMS, Genebra. <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564625>.
- ONU-Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). 2012. "Development Agenda Post 2015, Gender Equality in the Future We Want: Inequality and Gender in Latin America and the Caribbean". ONU Mulheres, Nova York. http://americaslatinagenera.org/es/documentos/post2015_fichas/Inequality.pdf.
- ONU-Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2020. "COVID-19 Gender Response Tracker". Ficha Técnica Global, Versão 1 (28 de setembro), Organização das Nações Unidas, Nova York.
- Pérez, Orlando J. 2003. "Democratic Legitimacy and Public Insecurity: Crime and Democracy in El Salvador and Guatemala". *Political Science Quarterly*, 118 (4): 627-644.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2009. *Abrir espacios para la seguridad ciudadana y el desarrollo humano: Informe sobre Desarrollo Humano para América Central, 2009–2010*. Cidade do Panamá: Centro Regional do PNUD para a América Latina e no Caribe; Bogotá: D'Vinni S.A.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2012. *Relatório de Desenvolvimento Humano Caribeno 2012: Desenvolvimento Humano e a Mudança para a Melhor Segurança Cidadã* (em inglês). Nova York: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2013. *RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO REGIONAL 2013–2014, Segurança Cidadã com Rosto Humano: Diagnóstico e Propostas para a América Latina*. Nova York: PNUD.
- Ponce, Aldo F. 2019. "Violence and Electoral Competition: Criminal Organizations and Municipal Candidates in Mexico". *Trends in Organized Crime*, 22 (2): 231-254.

- Porter, Matthew e Nick Haslam. 2005. "Predisplacement and Postdisplacement Factors Associated with Mental Health of Refugees and Internally Displaced Persons: A Meta-Analysis". *Jama, Journal of the American Medical Association*, 294 (5): 602-612.
- Pshisva, Rony e Gustavo A. Suarez. 2010. "Capital Crimes: Kidnappings and Corporate Investment in Colombia". Em *The Economics of Crime: Lessons for and from Latin America*, ed. Rafael Di Tella, Sebastian Edwards e Ernesto Schargrodsky, 63–100. National Bureau of Economic Research Conference Report Series. Cambridge, MA: Agência Nacional de Pesquisa Econômica; Chicago: Editora da Universidade de Chicago.
- Rasch, Elisabet Dueholm. 2017. "Citizens, Criminalization and Violence in Natural Resource Conflicts in Latin America". *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, 103 (June): 131-142.
- Reuter, Peter. 2009. "Systemic Violence in Drug Markets". *Crime, Law and Social Change*, 52 (3): 275-284.
- Ríos Contreras, Viridiana. 2014. "The Role of Drug-Related Violence and Extortion in Promoting Mexican Migration: Unexpected Consequences of a Drug War". *Latin American Research Review*, 49 (3): 199-217.
- Robinson, James A. 2013. "Colombia: another 100 Years of Solitude?" *Current History*, 112 (751): 43-48. Romero, Mauricio e Santiago Saavedra. 2021. "Communal Property Rights and Deforestation". *Journal of Development Studies*, 57 (6): 1038-1052.
- Rondon, Vinícius Velasco e Mônica Viegas Andrade. 2003. "Custos da criminalidade em Belo Horizonte". *Economia*, 4 (2): 223-259.
- Ruiz Estrada, Mario Arturo e Ibrahim Ndoma. 2014. "How Crime Affects Economic Performance: The Case of Guatemala". *Journal of Policy Modelling*, 36 (5): 867-882.
- Saffon Sanín, María Paula. 2021. "The Colombian Peace Agreement: A Lost Opportunity for Social Transformation?" Em *The Colombian Peace Agreement: A Multidisciplinary Assessment*, ed. Jorge Luis Fabra-Zamora, Andrés Molina-Ochoa e Nancy C. Doubleday, 70–90. Routledge Studies in Peace and Conflict Resolution Series. Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Save the Children. 2017. "Violencia contra adolescentes en América Latina y el Caribe". Save the Children, Cidade do Panamá, Panamá. <https://www.refworld.org/es/pdfid/5af0c5684.pdf>.
- Schargrodsky, Ernesto e Lucia Freira. 2021. "Inequality and Crime in Latin America and the Caribbean: New Data for an Old Question". Documento de Trabalho PNUD ALC, 13, 2021, Documento de Base para o Relatório de Desenvolvimento Humano Regional para a América Latina e no Caribe 2021, PNUD ALC, Nova York.
- Schröder, Patrick, Manuel Albaladejo, Pía Alonso Ribas, Melissa MacEwen e Johanna Tilkanen. 2020. "The Circular Economy in Latin America and the Caribbean: Opportunities for Building Resilience". Documento de Pesquisa (setembro), Programa de Energia, Meio Ambiente e Recursos, Chatham House, Instituto Real de Assuntos Internacionais, Londres.
- Shaw, Clifford R. e Henry D. McKay. 1942. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: Editora da Universidade de Chicago.
- SinViolencia LBGTI. 2019. "El prejuicio no conoce fronteras: Homicidios de lesbianas, gay, bisexuales, trans en países de América Latina y el Caribe 2014–2019". Agosto, Rede Regional de Informação sobre Violências LGBT, Bogotá, Colômbia. https://sinviolencia.lgbt/wp-content/uploads/2019/08/Informe_Prejuicios_compressed.pdf.
- Soares, Rodrigo Reis. 2006. "The Welfare Cost of Violence across Countries". *Journal of Health Economics*, 25 (5): 821-846.
- Soares, Rodrigo Reis. 2015. "Welfare Costs of Crime and Common Violence". *Journal of Economic Studies*, 42 (1): 117-137.
- Soares, Rodrigo Reis, Juliano J. Assunção e Tomás F. Goulart. 2012. "A Note on Slavery and the Roots of Inequality". *Journal of Comparative Economics*, 40 (4): 565-580.

- Soares, Rodrigo Reis e Joana Naritomi. 2010. "Understanding High Crime Rates in Latin America: The Role of Social and Policy Factors". Em *The Economics of Crime: Lessons for and from Latin America*, ed. Rafael Di Tella, Sebastian Edwards e Ernesto Schargrodsky, 19–60. National Bureau of Economic Research Conference Report Series. Cambridge, MA: Agência Nacional de Pesquisa Econômica; Chicago: Editora da Universidade de Chicago.
- Steel, Zachary, Tien Chey, Derrick Silove, Claire Marnane, Richard A. Bryant e Mark van Ommeren. 2009. "Association of Torture and Other Potentially Traumatic Events with Mental Health Outcomes among Populations Exposed to Mass Conflict and Displacement: A Systematic Review and Meta-Analysis". *Jama, Journal of the American Medical Association*, 302 (5): 537– 549.
- Swanberg, Jennifer E., T. K. Logan e Caroline Macke. 2005. "Intimate Partner Violence, Employment, and the Workplace: Consequences and Future Directions". *Trauma, Violence, and Abuse*, 6 (4): 286-312.
- Teicher, Martin H. 2002. "Scars That Won't Heal: The Neurobiology of Child Abuse". *Scientific American*, 286 (3): 68-75.
- Temblores ONG. 2019. "Qué maricada con nuestros derechos". Dezembro, Temblores, Bogotá.
- Temper, Leah, Daniela del Bene e Joan Martinez-Alier. 2015. "Mapping the Frontiers and Front Lines of Global Environmental Justice: The EJAtlas". *Journal of Political Ecology*, 22 (1): 255-278.
- Tejo, Guillermo e Sandra Ley. 2021. "High-Profile Criminal Violence: Why Drug Cartels Murder Government Officials and Party Candidates in Mexico". *British Journal of Political Science*, 51 (1): 203-229.
- Trelles, Alejandro e Miguel Carreras. 2012. "Bullets and Votes: Violence and Electoral Participation in Mexico". *Journal of Politics in Latin America*, 4 (2): 89-123.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2017. *A Familiar Face: Violence in the Lives of Children and Adolescents*. Nova York: UNICEF.
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). 2012. "Transnational Organized Crime in Central America and the Caribbean: A Threat Assessment". Setembro, UNODC, Viena.
- UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime). 2018. "Global Report on Trafficking in Persons 2018". Nações Unidas, Nova York.
- Vélez, María Alejandra, Juan Robalino, Juan Camilo Cárdenas, Andrea Paz e Eduardo Pacay. 2020. "Is Collective Titling Enough to Protect Forests? Evidence from Afro-Descendant Communities in the Colombian Pacific Region". *World Development*, 128 (abril): 104837.
- Visconti, Giancarlo. 2020. "Policy Preferences after Crime Victimization: Panel and Survey Evidence from Latin America". *British Journal of Political Science*, 50 (4): 1481-1495.
- Wallace, Arturo. 2020. "Muerte de George Floyd: cuál es la situación de la población negra en América Latina (y el parecido a la de EE.UU.)". *BBC News Mundo*, 9 de junho de 2020. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-52969557>.
- Yashar, Deborah J. 2018. *Homicidal Ecologies: Illicit Economies and Complicit States in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press

DEMOCRACIA PARITÁRIA COMO HORIZONTE POLÍTICO PARA A RECUPERAÇÃO

Nas últimas três décadas, a ALC testemunhou conquistas significativas no exercício do direito das mulheres à participação política. Na América Latina, seis mulheres foram eleitas democraticamente como presidentes, embora nenhuma mulher ocupe atualmente esse cargo. Desde a década de 1990, a liderança das mulheres na esfera pública se expandiu rapidamente. A participação das mulheres em gabinetes ministeriais, parlamentos e conselhos municipais duplicou ou triplicou (PNUD, ONU Mulheres e IDEA Internacional 2019). A paridade de gênero ainda está muito longe, no entanto. Supondo que todos os países da região experimentaram a mesma dinâmica de aumento da representação de gênero sem retrocessos, ainda levaria cerca de 30 anos para atingir um cenário de paridade nos parlamentos.

Em nível nacional, o envolvimento das mulheres na tomada de decisões ainda enfrenta obstáculos: Em 2019, 30% dos cargos de gabinete ministerial e 27% dos assentos na Suprema Corte na América Latina eram ocupados por mulheres, enquanto a proporção de mulheres nos parlamentos nacionais era de 27,4% no início de 2021.¹ Durante o mesmo período, mulheres no Caribe estavam agindo como chefes de estado ou de governo ou como representantes de vice-reinado e ocupavam 23,8% dos cargos ministeriais (ONU Mulheres 2018). Em 2018, elas representavam 47% dos juízes da Suprema Corte e 63,3% das cadeiras na Suprema Corte do Caribe Oriental.² As mulheres legisladoras no Caribe atualmente detêm 39,5% das cadeiras parlamentares.³

Na governança local, o progresso em direção à igualdade de gênero na liderança política não teve bons resultados. Em toda a ALC, as mulheres detinham apenas 24,5% dos assentos no governo local.⁴ Na América Latina, a participação das mulheres em prefeituras atingiu o pico de 13,3% em 2018 (PNUD, ONU Mulheres e IDEA Internacional 2019). Dados equivalentes sobre o Caribe são escassos, mas apenas 9,1% dos prefeitos em São Cristóvão e Névis são mulheres, e a proporção de mulheres prefeitas em Belize,

¹ PNUD, ONU-Mulheres e IDEA Internacional (2019); ver também IPU Parline (Dados Globais sobre Parlamentos Nacionais) (repositório de dados), União Interparlamentária, Genebra, <https://data.ipu.org/content/parline-global-data-national-parliaments>.

² Ver Observatório de Igualdade de Gênero para América Latina e Caribe (painel), Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, Santiago, Chile, <https://oig.cepal.org/en>.

³ Ver IPU Parline (Dados Globais sobre Parlamentos Nacionais) (repositório de dados), União Interparlamentária, Genebra, <https://data.ipu.org/content/parline-global-data-national-parliaments>.

⁴ Ver indicadores ODS (painel), Divisão de Estatística, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Organização das Nações Unidas, Nova York, <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/>.

Dominica, Jamaica e Trinidad e Tobago é praticamente nula

As mudanças recentes na participação política das mulheres na região foram caracterizadas pelo seguinte:

- *A disparidade entre os países:* Poucos países introduziram medidas destinadas a ter impactos generalizados da paridade de gênero em órgãos deliberativos eleitos democraticamente.
- *Avanços notáveis no Poder Legislativo:* A paridade (53,1% na Bolívia) ou quase paridade (48,2% no México) nas câmaras inferiores está em contraste direto com os tetos de vidro ainda inquebráveis que persistem nos poderes judiciais e eleitorais em toda a região.
- *Algumas melhorias no Poder Executivo refletem as complexidades inerentes à mudança:* A participação média regional de mulheres na liderança pode ter triplicado, mas as líderes femininas continuam sendo relegadas a posições de menor impacto político.
- *Grandes lacunas em vários níveis de governo:* Retrocessos na paridade de gênero nos governos locais ilustram que as mulheres enfrentam os obstáculos mais significativos para obter acesso a nomeações de um único membro
- *O ritmo lento de mudança na dinâmica de acesso ao poder nas organizações políticas.*
- *A ausência de um enfoque interseccional para a expansão dos direitos políticos:* O progresso em direção à paridade não se traduziu em maior representação de mulheres indígenas, negras, deficientes, migrantes, sexualmente diversas ou jovens (ONU Mulheres 2021).
- *A persistência de barreiras institucionais e culturais:* Isso inclui as práticas prejudiciais, normas sociais discriminatórias, estereótipos de gênero e violência política que limitam a plena realização dos direitos políticos das mulheres; oposição dentro dos partidos políticos em relação à igualdade de gênero e a existência de condições desiguais no posicionamento das mulheres líderes e o seu acesso ao financiamento de campanha (ONU Mulheres 2021).

Este é o novo contexto de uma região que privilegiou as reformas jurídicas como motor de mudança para enfrentar a sub-representação das mulheres na esfera pública. A legislação sobre medidas temporárias de ação afirmativa nem sempre tem sido capaz de garantir igualdade substantiva por muitas razões, incluindo a má formulação de políticas, os sistemas político-eleitorais nos quais as políticas são implementadas e a resistência às políticas entre os atores políticos. Dadas essas limitações, novos enfoques levaram progressivamente a uma mudança para um novo paradigma: democracia paritária. A democracia paritária opera na região como um horizonte político, expresso em compromissos políticos regionais embutidos em uma estrutura normativa internacional que reconhece a necessidade de alcançar

igualdade substantiva. As novas abordagens também incentivaram novos projetos de legislação que promovem a paridade político-eleitoral em nível nacional e que tiveram impactos sem precedentes no acesso das mulheres ao parlamento. Embora decisivas, essas iniciativas ainda precisam abordar as lacunas étnico-raciais. Assim, impactos semelhantes não foram observados no caso da representação política de mulheres indígenas e negras que se defrontam simultaneamente com barreiras estruturais mais prementes.

Referências

- ONU-Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). 2018. “Women in Political Leadership in the Caribbean”. Escritório Multinacional de ONU-Mulheres - Caribe, Christ Church, Barbados.
- ONU-Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres). 2021. “Towards Parity and Inclusive Participation in Latin America and the Caribbean: Regional Overview and Contributions to CSW65”. Consulta Regional da América Latina e do Caribe, Sessão Especial, Sexagésima Quinta Sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher, 24-25 de fevereiro, ONU Mulheres, Cidade do Panamá, Panamá.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), ONU-Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres) e IDEA International. 2019. “Surcando Olas y Contra-Olas: Una Mirada Paritaria a los Derechos Políticos de las Mujeres en América Latina”. PNUD, Nova York.

DESTRUIÇÃO AMBIENTAL E ILEGALIDADE NA ALC

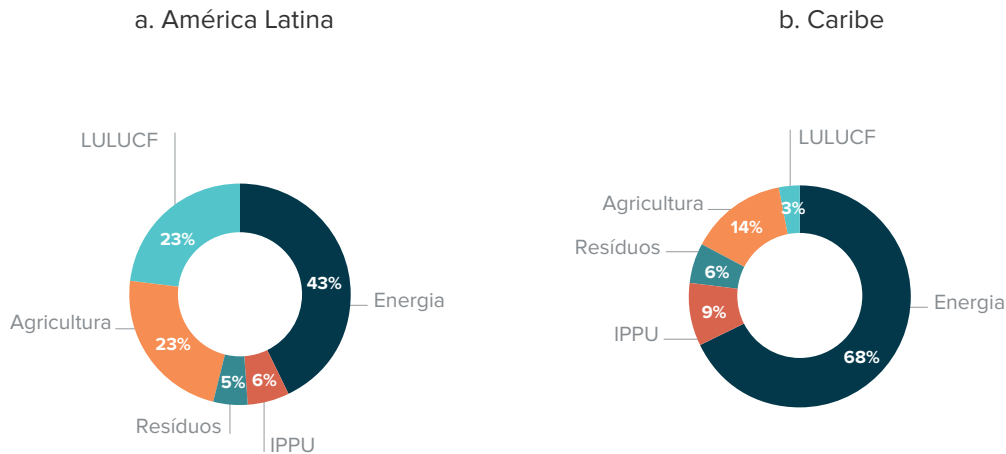
A extração agressiva de recursos em áreas institucionalmente prejudicadas tem afetado os ecossistemas regionais. A região perdeu quase 13% da área florestal nas últimas três décadas (FAO 2020). Dezenas de milhares de espécies enfrentam ameaças cada vez maiores de extinção na ALC, apesar da posição da região como um centro de biodiversidade.

O desmatamento e a degradação florestal são resultados inter-relacionados de mudanças complexas no uso da terra. Vários fatores econômicos, tecnológicos, culturais, demográficos e institucionais foram geralmente identificados como impulsionadores da dinâmica dessas mudanças. A expansão agrícola, as atividades extrativas ilegais e a expansão da infraestrutura estão entre os principais fatores diretos. A ilegalidade se manifesta em pelo menos duas formas, relacionadas à governança e à falta de recursos monetários: (1) extração ilegal direta de recursos em terras e (2) métodos ilegais para obter licenças ou concessões para desenvolver atividades que resultem em desmatamento ou degradação florestal. Em ambos os cenários, as partes interessadas locais que tentam impedir as atividades ilegais nas suas áreas têm sido alvo de ataques violentos. A prevalência da pobreza entre as comunidades locais pode agravar a destruição ambiental, especialmente se os moradores considerarem essas atividades, legais ou ilegais, como uma oportunidade de geração de renda. Embora a luta política sobre as mudanças climáticas tenha aberto a possibilidade de abordar este último aspecto, enfrentar as sinergias prejudiciais que estão por trás do desmatamento e da degradação florestal é mais complexo e requer uma ampla variedade de intervenções.

Na América Latina, o setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (UTMUTF ou LULUCF, da sigla em inglês) é uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa (GEE), totalizando cerca de 23% do total das emissões, enquanto, no Caribe, produz apenas 3% das emissões totais (figura S5.1).

Figura D8.1: O setor LULUCF: principal fonte de GEEs na América Latina, mas um problema menor no Caribe

Emissões de toda a economia na América Latina e no Caribe, por setor, parcela das emissões totais



Fonte: Crumpler et al. 2020a, 2020b.

Alcançar o objetivo de uma redução de 36% nas emissões líquidas até 2030, definido em contribuições nacionalmente determinadas, dependerá em grande parte de maiores investimentos em alternativas de mitigação. No geral, 80% a 85% dos países da América Latina estão comprometidos com estratégias de mitigação na agricultura e no setor LULUCF. Essas estratégias são predominantemente focadas em terras florestais: 81% dos países estão promovendo o manejo florestal sustentável; 75% assumiram projetos de reflorestamento ou florestamento; 38% adotaram esquemas gerais de gestão de terras florestais; 36% introduziram políticas para reduzir o desmatamento e promover a conservação da floresta, e 31% incluem alguma forma de gestão de incêndios florestais. Cerca de um terço desses países também contemplou estratégias de mitigação em terras agrícolas e sistemas integrados, mas poucos estão promovendo a mitigação dentro do setor pecuário (Crumpler *et al.* 2020a).

No Caribe, 85% dos países com um componente de adaptação explícito nas suas contribuições nacionalmente determinadas contemplam pelo menos uma política em agroecossistemas e 69% propõem pelo menos uma medida especificamente relacionada ao subsetor florestal. Os esforços neste subsetor estão concentrados na redução da degradação e na implementação de práticas de manejo florestal sustentável, bem como na execução de projetos de reflorestamento e florestamento, reduzindo o desmatamento e promovendo a conservação florestal. Em toda esta sub-região, 38% dos países com componentes de adaptação de contribuição nacionalmente determinada propõem pelo menos uma intervenção no setor pecuário (Crumpler *et al.* 2020b).

O PNUD tem apoiado países em todo o processo de concepção e implementação de políticas nacionais e medidas para reduzir o desmatamento e administrar as florestas

de forma sustentável. Isso tem ajudado a mitigar as mudanças climáticas, ao mesmo tempo que cria condições propícias para o crescimento inclusivo que preenche lacunas econômicas, sociais e ambientais no caminho para o desenvolvimento sustentável. Isso inclui a alocação de recursos para apoiar a implementação de esquemas de pagamentos por serviços ecossistêmicos (PSE) e programas de manejo florestal comunitário. Os esquemas de PSE são diferentes de outros programas de transferência de renda na medida em que priorizam a conservação em vez da redução da pobreza como objetivo principal (Wunder 2013). No entanto, esquemas de PSE bem planejados têm o potencial de proteger os recursos ambientais e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida entre as comunidades pobres nas áreas rurais. Isso ocorre porque eles aumentam o valor dos serviços ecossistêmicos que são gerados em áreas locais, dado o custo de oportunidade implícito na proteção desses serviços em vez de explorá-los (Pagiola, Arcenas e Platais 2005; Milder, Scherr e Bracer 2010). No entanto, as sinergias entre a proteção ambiental e a redução da pobreza não são automaticamente incorporadas em esquemas de PSE porque o influxo de recursos adicionais pode fazer com que as comunidades adotem decisões de consumo que desconsideram a sustentabilidade do entorno, de alguma forma implicando que incentivos extrínsecos podem estar em conflito com um desejo de conservação (Wunder 2005). Além disso, o fato de que os esquemas de PSE muitas vezes visam corrigir comportamentos ambientalmente negativos, em vez de recompensar comportamentos apropriados, implica que o objetivo de compensar de forma justa a população rural pobre que protege o meio ambiente e fornecer serviços ecossistêmicos pode ser prejudicado pela necessidade de priorizar pagamentos a outros agentes que representam a maior ameaça a esses serviços. Finalmente, o papel dos esquemas de PSE na redução da pobreza em toda a região será amplamente determinado pela forma específica como os participantes pobres são incluídos e remunerados nos projetos, assim como pela sua inclusão em políticas destinadas a reduzir as condições generalizadas de pobreza no nível nacional (Pagiola, Arcenas e Platais 2005). O PNUD está empenhado em apoiar esquemas de PSE voltados para comunidades indígenas e agricultores familiares no Brasil e no Equador e em melhorar o projeto de PSE em toda a região.

Referências

- Crumpler, Krystal, Giulia Gagliardi, Alexandre Meybeck, Sandro Federici, Lorenzo Campos Aguirre, Mario Bloise, Valentyna Slivinska, et al. 2020a. Regional Analysis of the Nationally Determined Contributions in Latin America: Gaps and Opportunities in the Agriculture and Land Use Sectors. Documento de Trabalho de Gestão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, 81, Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- Crumpler, Krystal, Giulia Gagliardi, Alexandre Meybeck, Sandro Federici, Tanja Lieuw, Mario Bloise, Valentyna Slivinska, et al. 2020b. *Regional Analysis of the Nationally Determined Contributions in the Caribbean: Gaps and Opportunities in the Agriculture and Land Use Sectors*. Documento de Trabalho de Gestão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, 80. Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
- FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). 2020. *Global Forest Rea Assessment 2020: Main Report*. Roma: FAO. <https://doi.org/10.4060/ca9825en>.
- Milder, Jeffrey C., Sara J. Scherr e Carina Bracer. 2010. “Trends and Future Potential of Payment for Ecosystem Services to Alleviate Rural Poverty in Developing Countries”. *Ecology and Society*, 15 (2): 4.
- Pagiola, Stefano, Agustin Arcenas e Gunars Platais. 2005. “Can Payments for Environmental Services Help Reduce Poverty? An Exploration of the Issues and the Evidence to Date from Latin America”. *World Development*, 33 (2): 237-253.
- Wunder, Sven. 2005. “Payments for Environmental Services: Some Nuts and Bolts”. Documento Ocasional CIFOR, 42, Centro para Pesquisa sobre Florestamento Internacional, Jacarta, Indonésia.
- Wunder, Sven. 2013. “When Payments for Environmental Services Will Work for Conservation”. *Cartas de Conservação CIFOR*, 6: (4): 230-237.